



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Jessé Gonçalves Cutrim

PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DO CERRADO AMAZÔNICO MARANHENSE
Agroindústria canavieira e sua relação socioeconômica e ambiental em Campestre

Goiânia
2011

JESSÉ GONÇALVES CUTRIM

PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DO CERRADO AMAZÔNICO MARANHENSE
Agroindústria canavieira e sua relação socioeconômica e ambiental em Campestre

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação (MDPT) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS), para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - Área de concentração: Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Luís Antonio Estevam

Goiânia
2011

C989p Cutrim, Jessé Gonçalves.

Processos de apropriação do cerrado amazônico maranhense: agroindústria canaveira e sua relação socioeconômica e ambiental em Campestre / Jessé Gonçalves Cutrim. – 2011.

94 f. : il.

Bibliografia: p. 85-89

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

“Orientador: Prof. Dr. Luís Antonio Estevam”.

1. Cerrado amazônico – apropriação – Maranhão. 2. Agroindústria canaveira – relação socioeconômica e ambiental - Maranhão. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDU: 338.43:664.11(812.1)(043.3)



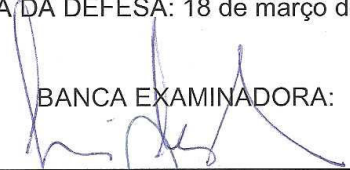
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Jessé Gonçalves Cutrim

PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DO CERRADO AMAZÔNICO MARANHENSE
Agroindústria canieira e sua relação socioeconômica e ambiental em Campestre

DATA DA DEFESA: 18 de março de 2011

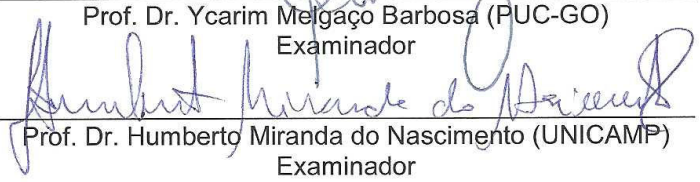
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Luís Antonio Estevam (PUC-GO)
(Orientador)



Prof. Dr. Ycarim Melgaço Barbosa (PUC-GO)
Examinador



Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento (UNICAMP)
Examinador

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto (PUC-GO)
Examinador substituto

A

Cleonice Guimarães

que personifica a luta em defesa do cerrado,
na Amazônia maranhense,
na fronteira.

A

todos que vivem,
trabalham e lutam pela
preservação do cerrado maranhense.

AGRADECIMENTOS

A todos (as) que contribuíram para a consecução deste trabalho:

Professor Luís Estevam, dedicado orientador e colaborador profícuo;

Nossos colaboradores diretos: trabalhadores, estudantes, sindicalistas, moradores e ex-moradores de Campestre do Maranhão;

Amigos (as) discentes da turma MDPT/2009.1: Alessandra Araujo, Cáritas Roque, Clésia de Jesus, Deborah Rezende, Fernando César, João Lemes, José Izecias, Kellen Santos, Leandro da Costa, Leila Brito, Luciene Ribeiro, Marcos Haddad, Pedro Ramos, Romeu Neto, Sérgio Peixoto, Simone Costa, Suelena Caetano, Verônica Mansur, Wagno Pereira e Wesley Crisóstomo;

Nossos professores (as), Aristides Moysés, Ycarim Melgaço, Antonio Pasqualetto, Márcia Alencar, Margot Riemann, Sérgio Duarte, Carlos Leão, Tule César, Deusa Boaventura e Luís Estevam, também a ex-secretária do MDPT, Raquel Trani e a atual Alessandra Malta;

Professores convidados de outras Instituições de Ensino Superior do PROCAD-CAPEs, em especial do Instituto de Economia da UNICAMP (Carlos Brandão, Humberto Miranda, Fernando César de Macedo e Bastiaan P. Reydon);

Colegas do CESI-UEMA, Edimilson Bezerra, Regina Célia, Margarida Chaves, Moab César, Jaílson Macedo, Ronaldo, Expedito Barroso, Luís Carlos, Siney Ferraz e demais professores e funcionários;

Familiares e amigos de Aparecida de Goiânia - cidade integrante da Região Metropolitana de Goiânia - que residi por ocasião do curso: D. Maria Amélia, Edeni, Vanderlan, Alexandra, José Alipio, Vanderlene, Lucileide, Francinaldo, Flávio, Maria Teodora, Vera, Everaldo, Marizan, Edirson, Sueli, Bruno, Gumercindo, Carlin, Cacilda, Mateus, Rafael, Yan, Raquel, Pedro Henrique e Isaque;

Minha diletta família, Regilene, Jassen e Jessé Júnior.

Pelo apoio incondicional, atenção e lições múltiplas...

A expansão capitalista da última fronteira brasileira trouxe prejuízos ao meio ambiente, não respeitou os vários ecossistemas bem definidos na região, principalmente os ligados ao Pantanal, ao Cerrado e à Floresta Amazônica.
(PICOLI, 2006, p.13-4)

RESUMO

O presente estudo analisa numa perspectiva mais ampla, as transformações territoriais produzidas no “cerrado amazônico maranhense”. Estas estão intensamente relacionadas às frentes de expansão e a concepção de fronteira agrícola em evidência. A partir dos anos 1980 se acelera o processo de implantação dos grandes projetos agropecuários e de desenvolvimento na região, que é parte integrante da Amazônia Legal, numa área geograficamente relacionada com o cerrado, a zona da chapada e a floresta. Daí a denominação “cerrado amazônico maranhense”. O modo como algumas dessas apropriações do cerrado maranhense em território da Amazônia Legal em larga escala implica em conflitos e contradições no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável. Nas últimas três décadas vieram para essa região grandes conglomerados agroindustriais do Centro-Sul. Isso modificou o seu território, saindo da condição de complexo rural para um complexo agroindustrial. A região do “cerrado amazônico maranhense” consolidou-se como área de fronteira agrícola e de desenvolvimento territorial em função da implantação de políticas públicas e de aportes logísticos institucionais. Bem como, condições naturais favoráveis, terras férteis e água em abundância, por exemplo. Os grandes projetos e as agroindústrias contribuíram para dar visibilidade aos efeitos do desenvolvimento sobre a sociedade e a natureza, concorrendo para o aumento da densidade demográfica e para o dinamismo econômico da região. Portanto, esta pesquisa analisa de maneira mais estrita a relação socioeconômica e ambiental da agroindústria canvieira no município de Campestre-MA.

Palavras - chave: Cerrado amazônico maranhense; fronteira; frentes de expansão; desenvolvimento; Maity

ABSTRACT

This study examines in a broader perspective, the territorial changes produced in the "Amazonico Maranhense Savannah". These are strongly related to the expansion fronts and development of the agricultural frontier in evidence. From the years 1980 accelerate the process of implementation of large agricultural projects and development in the region, which is part of the legal Amazon, in an area geographically related to the savannah, the area of the plateau and the forest. Hence the name "Amazonico Maranhense Savannah." The way some of these appropriations of Maranhense Savannah in the legal Amazon territory in large scale involves conflicts and contradictions within the sustainable territorial development. In the last three decades came to this region large agribusiness conglomerates of South-Central. It changed its territory, causing in the passage of a rural complex for agro-industrial complex. The region of "Amazonico Maranhense Savannah" established itself as agriculture frontier area and territorial development in the light of implementation of public policies and institutional logistical contributions. As well, favorable natural conditions, fertile land and abundant water, for example. Large projects and agribusiness contributed to highlight the effects of development about society and nature, contributing to increasing population densities and the region's economic dynamism. Therefore, this study examines more strictly the socioeconomic and environmental relationship of sugarcane industry in the city of Campestre of Maranhão.

Key-words: Amazonico Maranhense Savannah; frontier; expansion fronts; development; Maity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Brasil: Destaque para o estado do Maranhão e a área do cerrado amazônico Maranhense.....	14
Figura 2 -	Bico do Papagaio: Destaque para a área do cerrado amazônico maranhense.....	17
Figura 3 -	Amazônia Legal e suas subregiões, com destaque para a Amazônia Oriental.....	23
Figura 4 -	Amazônia: desmatamento e Unidades de conservação.....	25
Figura 5 -	Cerrado: retração da vegetação nativa.....	26
Figura 6 -	Fronteiras da Amazônia Legal.....	28
Figura 7 -	Maranhão e suas regiões geoeconômicas, em destaque a cidade de Imperatriz no vale do Rio Tocantins.....	39
Figura 8 -	Quadro da vegetação do maranhão.....	41
Figura 9 -	Quadro das bacias hidrográficas do Maranhão.....	43
Figura 10 -	Cerrado: mapas e gráficos da destruição.....	53
Figura 11 -	Localização da UHE.....	58
Figura 12 -	Amazônia Legal: logística de transportes.....	60
Figura 13 -	Vista área do Porto de Itaqui em São Luís-MA.....	61
Figura 14	Plantação de cana de açúcar em Campestre.....	63
Figura 15	Localização do município de Campestre do Maranhão.....	64
Figura 16	Gráfico dos números da empregabilidade da Maity Bioenergia.....	68
Figura 17	Gráfico da moagem de cana pela Maity Bioenergia.....	69
Figura 18	Gráfico da produção de álcool etanol pela Maity Bioenergia.....	70
Figura 19	Área parcial da usina da Maity.....	72

SUMÁRIO

	LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	09
	INTRODUÇÃO.....	11
01	CAPÍTULO 1 - CENÁRIOS E CONTEXTOS GEOPOLÍTICOS NA AMAZÔNIA LEGAL MARANHENSE.....	22
1.1	As designações de fronteira, frentes de expansão para o estudo do cerrado maranhense na Amazônia Legal.....	27
1.2	A territorialização e a dinâmica socioespacial.....	30
1.3	Desenvolvimento e a região no âmbito dos Complexos Agroindustriais	33
1.4	Aspectos da Região do Cerrado maranhense na Amazônia.....	38
1.5	O território do cerrado enquanto espaço dinâmico do capital.....	44
02	CAPÍTULO 2 - PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DO CERRADO AMAZÔNICO MARANHENSE E SUA NOVA GEOGRAFIA.....	47
2.1	Antecedentes históricos da nova configuração geográfica do cerrado maranhense.....	47
2.2	A monocultura da soja.....	54
2.3	Área de influência do Projeto Grande Carajás.....	55
2.4	A agroindústria canavieira.....	56
2.5	A hidrelétrica de Estreito.....	57
2.6	Aportes logísticos como estratégia extensiva para a viabilização da ocupação..	59
03	CAPÍTULO 3 – A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM SUAS DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS EM CAMPESTRE-MA.....	62
3.1	Perfil histórico de Campestre: vocação para a gricultura familiar.....	62
3.2	Estrutura e produtividade da agroindústria Maity Bioenergia.....	66
3.3	Relação socioambiental por parte da Maity.....	70
3.4	Os aspectos socioambientais de atuação da Maity percebidos por parte da comunidade.....	76
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
	ANEXOS.....	94

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a problemática que envolve o desenvolvimento regional brasileiro, em especial o Nordeste tem destaque nas obras de Celso Furtado, especificamente *Formação Econômica do Brasil* (1995), que nos oferece importantes subsídios para uma interpretação crítica e atual. Sobretudo, quanto ao processo de cristalização de um modelo de desenvolvimento para o Nordeste, em geral, sempre situado num contexto de espaço periférico.

São vários os Nordestes, que existem, dado as abrangências socioculturais, econômicas e ambientais. Aqui nesta pesquisa foi retratada uma parte do Nordeste que se situa na Região Oeste do Maranhão, na Amazônia Legal¹ que mesmo devido as às suas especificidades trás inúmeras características dentro da situação econômica regional, no que diz respeito a uma economia periférica pautado no modelo agroexportador. Essa região foi pautada na agricultura e na pecuária extensiva. Nas últimas três décadas vieram para ela grandes conglomerados agroindustriais do Centro-Sul. Entre essas agroindústrias a canaveira, por diversas razões, entre as quais o próprio estrangulamento da Região Sul e Sudeste do Brasil e o quase estrangulamento do Centro-Oeste, bem como o próprio litoral nordestino para a atividade canaveira. Então as regiões do interior do Nordeste surgem como opção por diversas razões. Terras férteis, água e logística e outras razões que serão mais adiantes descritas, porém, os problemas decorrentes dessa passagem de complexo rural para um complexo agroindustrial.

A região do Cerrado Amazônico Maranhense² (CAM), consolidou-se como área de *fronteira agrícola* e de desenvolvimento territorial em função da implantação de políticas públicas e de aportes logísticos institucionais. Nos anos 1960, houve a

¹ Amazônia Legal, foi estabelecida no artigo 2 da lei nº 5.173, de outubro de 1966, e abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás. Ela representa 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios, onde viviam em 2000, segundo o Censo Demográfico, 20,3 milhões de pessoas (12,32% da população nacional), sendo que 68,9% desse contingente em zona urbana.

² A Região do Cerrado Amazônico maranhense, objeto desse estudo em termos gerais, situa-se na parte oeste do estado do Maranhão que alcança diversos municípios. Tem início numa área de floresta e se estende pelo cerrado até o município de Estreito, dentro dos limites da Amazônia Legal. O aspecto estratégico e geopolítico é levado em conta: malha rodo-ferroviária, rede elétrica (linhão Norte-Sul da Eletronorte, direto de Tucuruí), recursos hídricos, entre outros. Porém o aspecto mais importante é a região está situada na Bacia do Rio Tocantins, um dos mais importantes rios do Brasil. A referida área para efeito de esclarecimento será aqui especificada por CAM. No Maranhão há denominação desta região, para efeito de planejamento, em Região Tocantina.

construção da Rodovia Belém–Brasília, como parte do plano de metas do então Presidente Juscelino Kubischek, que em muito contribuiu para dar visibilidade aos efeitos do desenvolvimento sobre a sociedade e a natureza, concorrendo para o aumento da densidade demográfica e para o dinamismo econômico da região. No atual contexto além da rodovia existe a Ferrovia Norte-Sul, que se liga a Estrada de Ferro Carajás para o escoamento da produção, além fronteira terrestre. Nos anos 1970 o território maranhense dos cerrados e, sobretudo a região de Balsas se estabelece como fronteira agrícola, em especial para o cultivo da soja, através da modernização da agricultura, passando a ser uma das principais produtoras e exportadoras do país. Nos anos 1980 entra em cenário da região o Programa Grande Carajás e a implantação de várias siderúrgicas no município de Açailândia. Nesta década também entra em cena a agroindústria canavieira no município de Campestre do Maranhão, com a produção de açúcar e álcool em larga escala. Essas grandes áreas produtivas para o cultivo da cana de açúcar a partir dos anos 1990 passaram a modificar a paisagem geográfica e social em ritmo acelerado. Pasqualetto (2009), alerta que nessa conjuntura, o setor sucroalcooleiro incide vários aspectos de natureza socioeconômica (aspectos antrópicos) e ambiental (água, ar, fauna e flora) a se considerar. As situações postas no espaço do cerrado maranhense podem ser compreendidas de maneira geral.

A fronteira da região do CAM, como finalidade agrária produtivista, e de *Grandes Projetos* desenvolvimentistas³, ocorre pelo entendimento de que oferece as condições ideais aos ensejos do capital, aos empreendimentos de elevado porte na dinâmica das relações comerciais especulativas, pois “a terra engloba não só a área superficial, mas também os recursos que lhe são subjacentes; e do ponto de vista do desenvolvimento econômico, as características salientes de uma região de fronteira são espaço, solo e abundância de matérias-primas.” (LANDES, 1998, p. 328). Que podem ser expressos na exploração ou destruição dos recursos hídricos, da fauna e da flora e que não é sinônimo de garantia de melhoria para as comunidades, entre outros fatores. A área de

³ Depois do Grande Projeto Carajás, temos em fase de operação uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Hidrelétrica de Estreito. E se encontra em processo de implantação o projeto da Suzano Papel e Celulose com a plantação de eucalipto em pleno Bioma Cerrado em transição com a floresta amazônica, dentre outros. Para a expressão *Grandes Projetos* utilizar-se-á daqui em diante a sigla GPs.

abrangência do estudo deixa clara a sua importância geopolítica. Ela é banhada pela bacia do Rio Tocantins⁴. Em relação às explorações dos recursos naturais, Landes (1998, p.330), esclarece: “Só porque uma economia ganha com a exportação de produtos primários não significa necessariamente que ela usará depois essa renda para promover o desenvolvimento.”

A usina em questão se instalou no município desde os meados dos anos 1980, e se introduz como responsável por absorver a mão de obra e exercer direta e indiretamente o desenvolvimento na região do entorno do município. Em sua trajetória na região tem acumulado situações de naturezas diversas, indo desde problemas trabalhistas e de exploração dos recursos hídricos e de desmatamento de parte do cerrado e da floresta para o cultivo da cana em larga escala. Sua produção em açúcar e álcool tem aumentado com o passar dos anos. Saiu de uma produção inicial pequena e com padrões rudimentares na colheita da cana para uma tecnologia mais moderna e mais salubre. Chegando ao final da primeira década do Século XXI com excelentes resultados na área colhida e conseqüentemente uma produção igualmente satisfatória e rentável.

O exame das dinâmicas que trouxeram modificações a essa ocupação, no sentido do desenvolvimento territorial, bem como a identificação das causas e desdobramentos provenientes dos problemas sócio-ambientais ocasionados pela agroindústria do setor sucro-alcooleiro, no bioma cerrado é o alvo desse estudo. Que também se destina a estudar, a participação dos grupos privados e das instituições governamentais no desenvolvimento econômico, social e demográfico no uso e ocupação do cerrado.

Um importante fator a se considerar, aqui neste caso que é a valorização de um modelo de produção voltado para exportação, que vai de encontro a um modelo de produção voltado para a subsistência, e que acaba liberando para outras cidades um número significativo de migrantes. (MOISÉS, 2008). Prática relevante em nossa região do estudo. Com destaque para soja e os derivados do ferro, no caso o ferro-gusa, através do corredor de exportação Ferrovia Norte-Sul com conexão na Estrada de Ferro Carajás.

⁴ Esclarecemos que citamos apenas o Rio Tocantins, por apenas ele banhar a região e na parte do Maranhão.

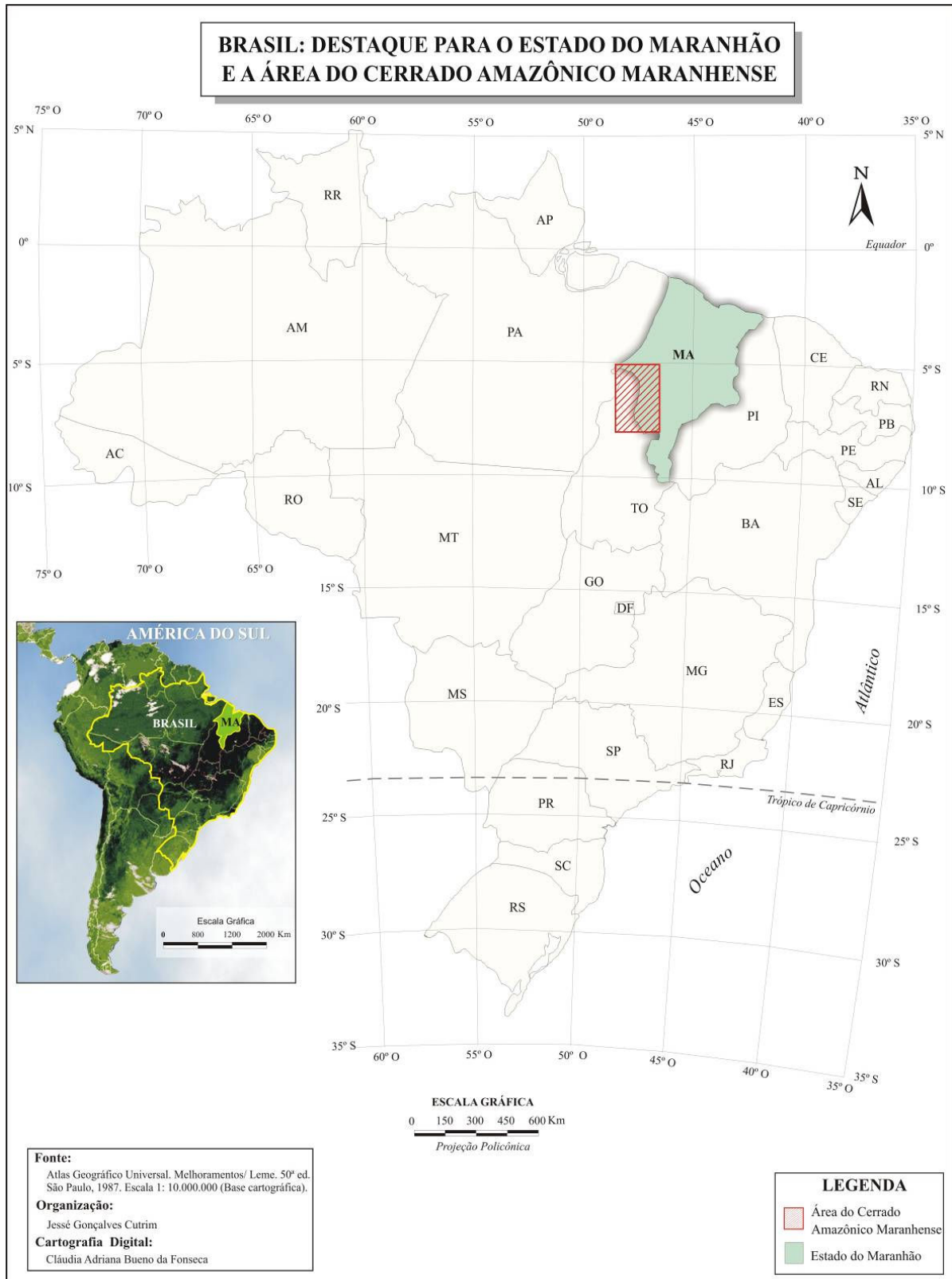


Figura 1: Brasil: Destaque para o estado do Maranhão e a área do cerrado amazônico Maranhense. Fonte: Atlas Geográfico Universal, 1987.

No mapa da figura 1, temos clara a região do estudo um recorte classificado em função dos aportes logísticos e um grande número de empreendimentos já

apontados tanto de caráter privado quanto público. Leva-se em conta a interface da floresta com o cerrado em sua dimensão central. A parte de referência é a cidade de Açailândia na parte Norte tendo como base a rodovia Belém-Brasília, descendo até a área de abrangência da Usina Hidrelétrica do Estreito (UHE), compreendendo os municípios de Estreito e Carolina ao sul do Maranhão. A idéia é a reflexão sobre o valor ambiental e alternativo do cerrado maranhense sob a perspectiva dos seus usos e ocupação. O seu desmatamento é nocivo para a utilização dos recursos naturais e das nascentes de riachos e córregos. O estudo procurou esclarecer teoricamente implicações históricas e econômicas relativas à sua ocupação. Outra relevância que se considera fundamental é a análise empírica dos dados coletados com base nos depoimentos dos vários sujeitos que interagiram direta e indiretamente sobre o estudo específico em Campestre sobre a atuação da Maity.

O estudo se deu por meio de Pesquisa Bibliográfica combinada com Pesquisa de Campo, cuja finalidade é estabelecer um diálogo entre bases teóricas e históricas das ciências sociais e humanas com as informações empíricas. As análises teóricas e históricas destes campos de conhecimento contribuíram para entender a configuração territorial do cerrado amazônico, no Maranhão bem como as políticas ambientais e de desenvolvimento territorial. Dois conceitos básicos nortearam teoricamente esse estudo: *Frenteira* tendo como base Martins (2007), e *Geopolítica* com base em Becker (2008).

Os dados secundários provenientes de instituições de pesquisa, entre eles o IBGE, em especial com vistas a analisar dados gerais do Censo Agropecuário, IMESC, IBAMA, IPEA, Teses e dissertações em Universidades. O arcabouço desses dados está em formato de tabelas ou apresentados ao longo do texto. A finalidade com essa análise é precisar dados que permita um diagnóstico o mais preciso possível do processo de correlação entre modernização agrícola e impactos socioeconômicos e ambientais, como também perceber qual o efeito da modernização sobre o padrão de uso da terra.

A pesquisa de campo proveniente das apreensões empíricas se revela pelo método qualitativo, por apresentar os sentidos dos agentes envolvidos diretamente na região e propiciar maior proximidade em relação aos fenômenos detectados, o que exigiu rigor na interpretação das falas dos entrevistados.

As transformações recentes vivenciadas no interior do território do CAM, marcadas principalmente pela inserção desta região no cenário nacional e internacional apresentaram fortes vinculações com as mudanças verificadas no âmbito regional. A área do estudo está inserida na região do Bico do Papagaio (mapa da figura 2). Região historicamente conhecida pelos seus conflitos no campo, devido às questões fundiárias, socioeconômicas e ambientais. Por essas razões, faz-se necessário levantar as questões que nortearam o desenvolvimento deste estudo, na qual, a problemática apontou para os seguintes questionamentos:

. Quais as implicações socioeconômicas e ambientais decorrentes da ocupação do CAM? Qual é o desempenho da agroindústria canavieira Maity Bioenergia S/A em Campestre do Maranhão neste contexto?

Os conflitos provenientes da apropriação e uso do cerrado em prol da monocultura da cana resultam numa série de situações extremamente precária do ponto de vista do desenvolvimento territorial sustentável, entre as quais:

- . Êxodo rural e inchaço dos centros urbanos, trazendo grande dificuldade para a organização do espaço urbano;
- . Comprometimento da renda familiar das famílias que vivem no cerrado e dele retiram o seu sustento;
- . Alta concentração da terra e da renda por uma elite produtora de cana;
- . Alta oferta de trabalho manual, porém degradante e baixa oferta de trabalho, quando da mecanização;
- . Inexistência ou escassez de terras e ou poucas condições e apoio para o fomento da agricultura familiar para que se possa gerar emprego e renda com autonomia;
- . Eliminação da biodiversidade dos cerrados;
- . Contribuição substancial para diminuição do volume e contaminação da água dos rios e riachos pelos dejetos e agrotóxicos.

As questões acima levantadas representam o trajeto inicial que se percorreu para apreender a Região do CAM a partir de meados dos anos 1980, até os anos de 2010. A finalidade desta pesquisa expõe a necessidade de entender a dinâmica dos processos de apropriação desta região e o papel que a agroindústria canavieira desempenha no município de Campestre do Maranhão no seu espaço urbano e rural de sua influência regional.

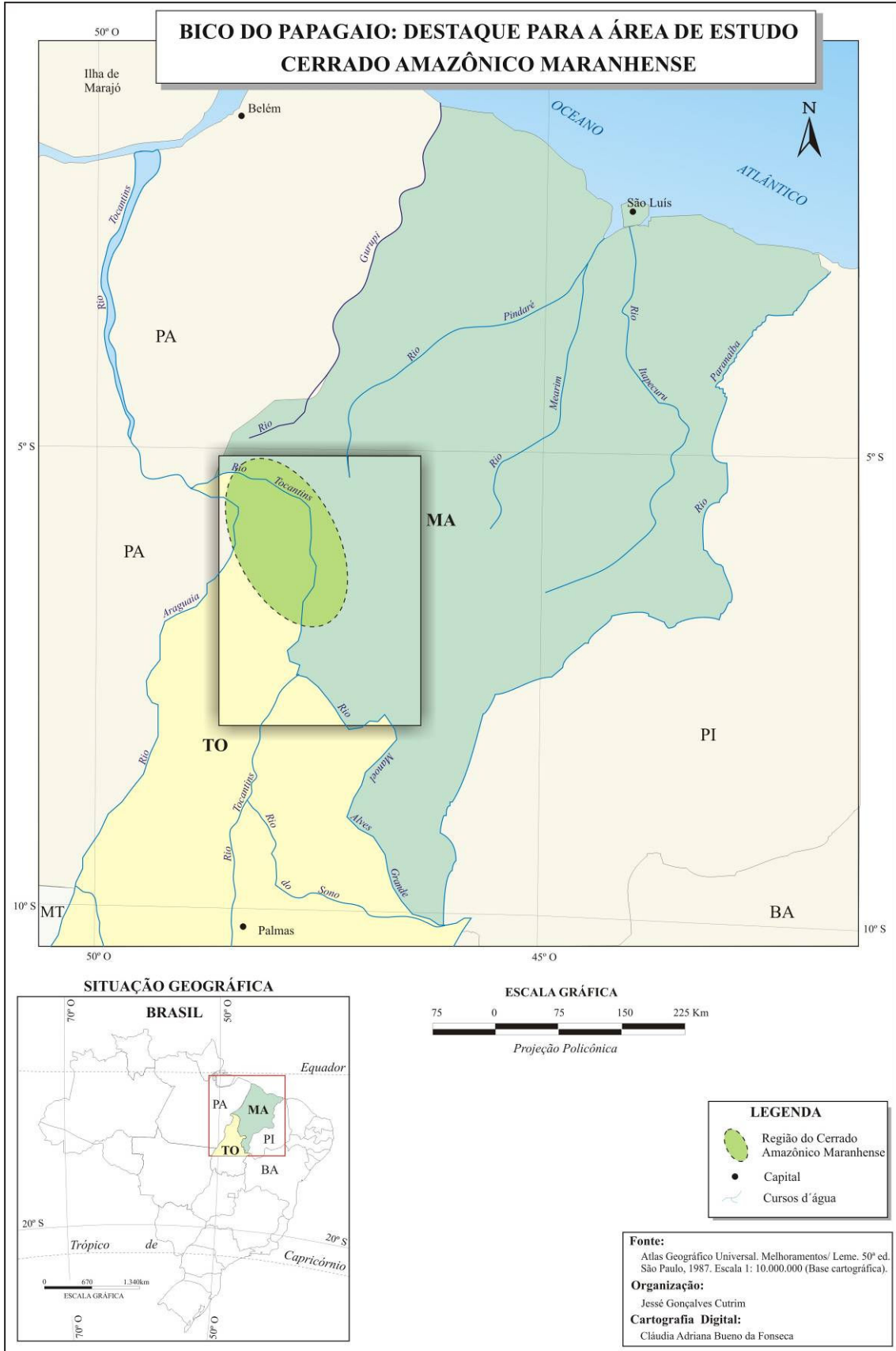


Figura 2: Bico do Papagaio: Destaque para a área do cerrado amazônico maranhense. Fonte Atlas Geográfico Universal, 1987.

Objetivos

Para tanto, apresenta-se os objetivos para a realização do estudo, que de maneira geral pretendeu:

- Analisar as dinâmicas de ocupação do cerrado pré-amazônico e a atuação de agroindústria do setor sucroalcooleiro, em Campestre do Maranhão, com vistas a identificar causas e desdobramentos provenientes dos problemas socioeconômicos e ambientais no sentido do desenvolvimento territorial.

No que os objetivos específicos se pautaram em:

- Descrever os arranjos institucionais responsáveis por oferecer infra-estrutura e condições à instalação de empresas de agronegócio e outros empreendimentos de grande porte na região;
- Caracterizar o cerrado amazônico maranhense como fronteira agrícola, econômica e urbana no contexto de um debate valorativo sobre a importância de sua preservação;
- Entender as condições sociais e a situação das comunidades pioneiras em especial, agricultores de base familiar em suas atividades produtivas e no enfrentamento das questões ligadas à valorização da terra, questões fundiárias e a conseqüente concentração da terra pelos produtos plantados em áreas cada vez mais extensas.

Metodologia

O estudo da realidade sobre a ocupação e o uso e ocupação do Cerrado na parte Sudoeste do Maranhão na Amazônia Legal nos indicou a necessidade de um estudo do tipo descritivo. Cujo objetivo primordial consistiu na descrição de características de um dado fenômeno, visando evidenciar a existência de associações entre variáveis, como por exemplo, desmatamento e conflitos sociais na sua dinâmica com a população e com a região.

A realização deste estudo se deu por meio de Pesquisa Bibliográfica (desenvolvida a partir da contribuição de diversos autores acerca de assuntos como, fronteira, desenvolvimento e território) combinada com a Pesquisa de Campo (com dados empíricos), sobre as quais se acentuou aspectos de uma abordagem de natureza qualitativa. Que se caracteriza por ser essencialmente descritiva, pois “os

dados recolhidos sempre serão em forma de palavras e/ou imagens' (TEXEIRA, 2003, p.112). Também por apresentar características específicas que foram consideradas ao longo do estudo.

O estudo foi desenvolvido de forma mais direta (através da pesquisa de Campo) no município de Campestre do Maranhão (no Sudoeste do Maranhão), levando em conta sua zona rural e urbana. Foram colaboradores informando dados, diversos membros da comunidade campestrina, como lavradores, ex-lavradores, agentes públicos, sindicalistas, moradores em geral e até ex-moradores. Não foi adotado nenhum critério para a participação dos informantes no estudo, tendo em vista que todos vivenciam ou vivenciaram diretamente a realidade expressa nas relações socioeconômicas e ambientais na interação comunidade-empresa.

Etapas da pesquisa

A coleta de dados foi realizada a partir de algumas etapas de trabalho. Estas etapas foram dinâmicas e foram concomitantes e/ou distintas no tempo.

Etapa um: Análise bibliográfica, teórica e histórica, sobre: a) Questões teóricas relacionadas às designações, fronteira, desenvolvimento e complexos agroindustriais; b) o histórico da ocupação do cerrado por empresas do agronegócio; c) a dinâmica do uso/ocupação da terra e os efeitos da modernização da agricultura em suas várias dimensões econômicas, sociais e ambientais e; c) o município de Campestre e sua relação direta com a indústria da cana de açúcar.

Etapa dois: Levantamento e sistematização de dados secundários proveniente em alguns dos principais órgãos oficiais de pesquisa no Brasil: como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA).

Etapa três: Realização de pesquisa de campo no município de Campestre, com membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campestre, lavradores e ex-lavradores, profissionais do comércio, estudantes. Foi elaborado um questionário com questões abertas exclusivamente para a empresa com dez questões, que através de seu departamento jurídico prontamente foi respondido. Também o site da empresa na rede mundial de computadores serviu de base para diversos enfoques. Outro questionário também com questões abertas e com cinco questões foi elaborado e entregue para diversos segmentos da população. O caráter da pesquisa de campo se justifica pela necessidade de investigar os fenômenos em sua

complexidade. Como se pretende desvendar os impactos sócios ambientais de empreendimentos de cunho desenvolvimentistas e agroindustriais, nada mais justo que a aceitação dos relatos verbais dos sujeitos envolvidos. Também há uma entrevista em audiovisual por parte do diretor-presidente da agroindústria açucareira Maity, que servirá de base para análise da problemática. O material coletado através dos questionários foram apresentados na forma de quadros e interpretados no conjunto com os demais materiais obtidos, qual seja, documentos e imagens fornecidos pelo Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campestre do Maranhão, assim como relatos de sua representante.

A Estrutura do trabalho configura-se com o primeiro capítulo - *Cenários e contextos geopolíticos na Amazônia Legal maranhense* - versando sobre os cenários e contextos da Amazônia Legal, envoltos na geopolítica e estratégias que persistiram e deram uma determinada feição à região. A caracterização de fronteira, de frente pioneira de ocupação econômica e urbana, com todas as suas conseqüências. O modelo produtivista, com a fronteira agrícola e a formação de complexos agroindustriais na linha de frente da esteira de desenvolvimento e destaque para a região.

O segundo capítulo - *Processos de apropriação do Cerrado amazônico maranhense e sua nova Geografia* - descreve as etapas e processos de apropriação do cerrado na Amazônia Legal maranhense, a configuração geográfica em função dos empreendimentos públicos e privados instalados. A atuação e situações conflituosas deles e suas dinâmicas regionais.

No terceiro capítulo *A agroidústria canavieira em suas dimensões socioeconômicas e ambientais em Campestre-MA*, abordamos o histórico do município de Campestre compreendendo sua situação econômica e geográfica em função de seus habitantes pioneiros. Entendendo a atuação da agroindústria canavieira Maity e a relação com o meio ambiente, com o vínculo empregatício e a dinâmica socioeconômica em relação com seus habitantes.

De maneira geral se buscou relatar uma situação nesta parte do cerrado, em que de um lado há pessoas que buscam conviver de uma forma mais equilibrada em relação aos recursos naturais em pequenas propriedades e de outro, grandes hectares de terra para o cultivo de um só produto para a exportação. Os conflitos e os embates são visíveis, há progresso, porém sem muitas mudanças, mas os

registros, como esse servirão para reflexões sobre como conciliar desenvolvimento econômico com a conservação do já devastado cerrado maranhense.

CAPÍTULO 1 - CENÁRIOS E CONTEXTOS GEOPOLÍTICOS NA AMAZÔNIA LEGAL MARANHENSE

De modo geral o cenário em que permeia a Amazônia Legal e em detrimento o cerrado maranhense em meio à ocupação territorial destaca-se: uma rede urbano-regional; fronteira agrícola; logística do território; fronteira agropecuária na vegetação natural; diversidade sociocultural; estrutura agrária e das fronteiras pecuária e madeireira.

Por meio desse conjunto de situações, a distribuição espacial de várias atividades humanas acaba por impactar o ambiente amazônico, como o desmatamento, a mineração, a pecuária e as lavouras. Por isso eles constituem um importante instrumento para a avaliação dos impactos dessas ações, notadamente a pecuária extensiva e a lavoura da soja, no bioma amazônico, bem como das intervenções em larga escala das obras de infra-estrutura previstas e da ocupação desordenada do solo. A dinâmica acelerada da economia globalizada imposta à região do cerrado desconsiderou a vocação agrícola da mesma, gerando forte impacto sobre o meio ambiente e ocasionando a desestruturação da família rural.

Temas como o da diversidade sociocultural permitem também uma visão conjunta das diversas identidades culturais que compõem a Amazônia contemporânea com forte presença nordestina, de migrantes do Sul e do Sudeste e de migrantes da própria região. A particularidade com que se analisa uma região adquire importância na indicação e na prospecção de alternativas de uso sustentável dos recursos naturais e do aproveitamento das potencialidades econômicas e sociais, respeitando a sua diversidade cultural e regional.

Dada a grande dimensão da Amazônia Legal brasileira, ela foi classificada em subregiões (mapa da figura 3) para efeito de planejamento e políticas públicas. Assim, tem-se a *Amazônia Ocidental*, que compreende o Acre, o Amazonas e Roraima; a *Amazônia Meridional* inclui Rondônia e Mato Grosso. Já a *Amazônia Oriental*, cuja área da pesquisa está inserida, abarca o Amapá, o Pará, o Tocantins e parte do Maranhão. Na área que envolve a parte do Maranhão na Amazônia Oriental, é comumente conhecida como região da pré-Amazônia.



Figura 3: Amazônia Legal e suas subregiões, com destaque para a Amazônia Oriental. Fonte: Atlas Geográfico Universal, 1987.

A Amazônia convive com os conflitos sociais e ambientais em larga escala. O desmatamento que teve em grande parte origem na atividade pecuária, em especial,

e de forma mais acelerada nos anos 70 e a agricultura capitalizada nos anos 1990 forma importantes vetores de ocupação. Na agricultura o destaque é a plantação de soja, mas, outras culturas entraram em cena e ganha realce, como a cana e o eucalipto. De acordo com relatório do IBGE (2003), o desempenho dos efetivos de gado da Amazônia Legal responde pela maior parte do crescimento do rebanho bovino brasileiro, entre 1995 e 2000. A Fronteira da pecuária se desenvolve acompanhando o eixo das mais importantes estradas. A construção de uma rede de transporte foi fundamental para que amplas áreas fossem mobilizadas para a atividade pecuária, O mesmo ocorre em relação às áreas de expansão da fronteira agropecuária, que de forma mais abrangente situam-se nos eixos das principais rodovias que cortam a Amazônia Legal: a BR-364, a BR-163, a Transamazônica, a Belém-Brasília⁵ e as rodovias estaduais PA-150 e MT-138.

A potencialidade para o cultivo de grãos, no entanto se dá principalmente nas áreas de cerrado da Amazônia Legal, ou seja, Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão. No mapa da figura 3, pode-se perceber a dimensão da Amazônia Legal brasileira. Nela pode-se também perceber que o Maranhão na sua quase totalidade abrange a Amazônia. A parte mais Ocidental do Maranhão, mais precisamente na Bacia Tocantins-Araguaia, na interface da floresta com o cerrado, é que se recortou o CAM, por se caracterizar pelos contextos críticos; que vai da categoria analítica de *fronteira e de desenvolvimento*.

Ao descrever sobre as Macrorregiões e suas Subregiões, falando especificamente de uma Macrorregião do *povoamento consolidado*, no caso o corredor do *Araguaia-Tocantins*, na Subregião da Amazônia Oriental, Becker, assim assinala:

É o corredor natural de ocupação sul-norte. Corre da Amazônia por meio da expansão das atividades agropecuárias, ainda de cunho tradicional, em predominam os cerrados. Corresponde a totalidade do estado do Tocantins e porções do Maranhão. [...] Concentração ao longo da rodovia Belém-Brasília na sua porção norte em torno de Imperatriz, e na porção maranhense, onde domina a população rural. Populações nordestinas e goianas predominam, com fazendeiros do leste e sudeste do país, e a situação social é menos satisfatória do que nas sub-regiões anteriores. (BECKER, 2007, p.149).

⁵ Constitui-se na rodovia mais bem sucedida da Amazônia, superou as expectativas do Governo Federal de ocupação do território.

Há outros pontos de destaque para o corredor *Araguaia-Tocantins*: a implantação da Ferrovia Norte Sul e os projetos a ela associados, e a expansão da expansão da soja; A construção de hidrelétricas e seus impactos ambientais, daí decorrentes; Produtores familiares; Movimentos sociais (Quebradeiras de coco), Projeto frutos do cerrado. Além disso, o potencial de águas é enorme. O corredor Araguaia-Tocantins, que outrora era comandado por Belém, hoje se situa na área de influência de Brasília/Goiânia. (BECKER, 2007).

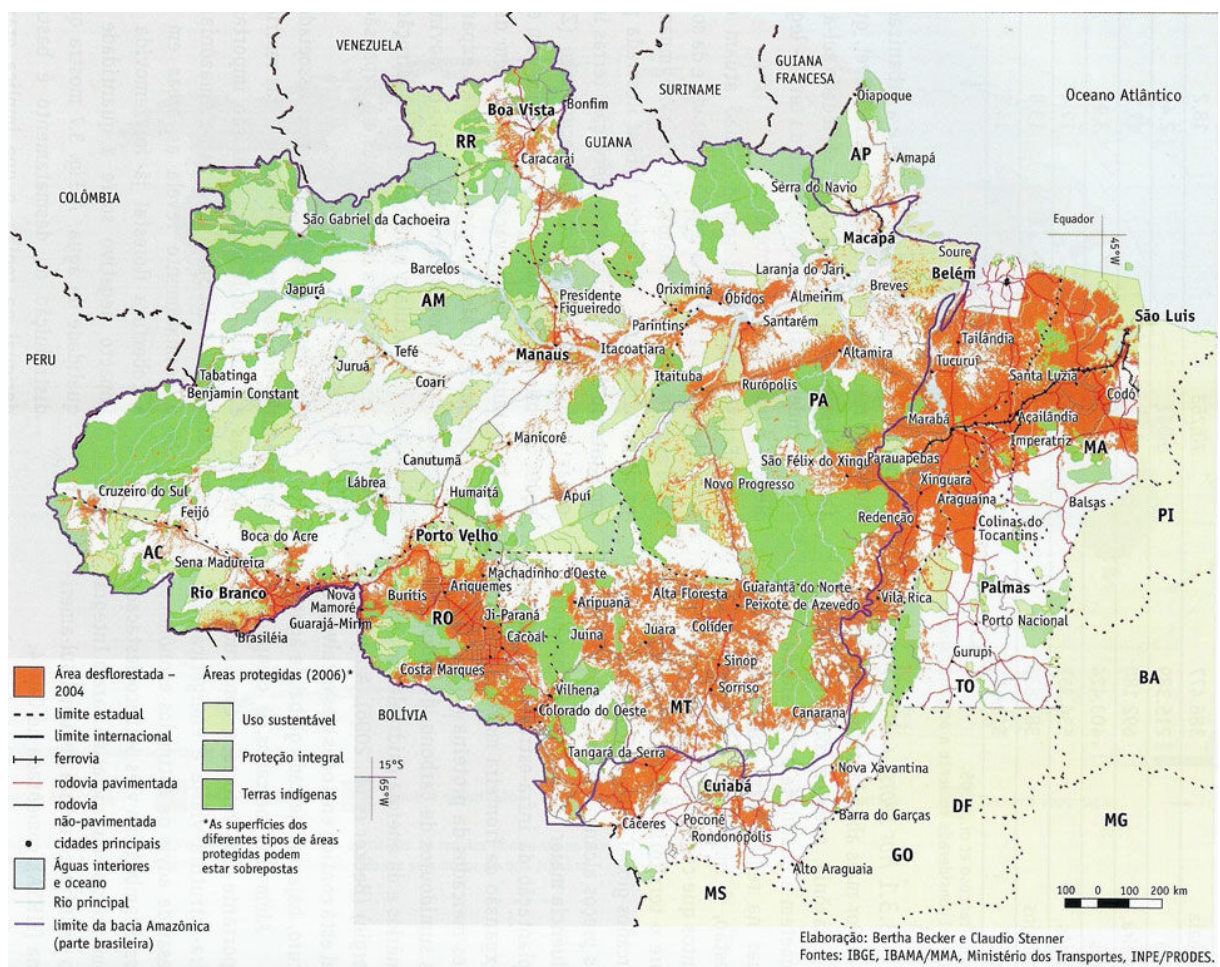


Figura 4: Amazônia: desmatamento e Unidades de conservação. BECKER & STENNO, p. 74.

A ocupação produtiva do Centro-oeste, a partir dos anos 1990, consolida-se e há uma expansão agrícola rumo às áreas de floresta e outras formações vegetais, na Amazônia Legal, entre elas, o cerrado. No mapa da figura 4, sobre desmatamento da Amazônia como um todo, observa-se boa parte da parte pertencente ao Maranhão atingida. E nesse processo de baixo pra cima, (via

Rodovia Belém-Brasília), é que se dinamiza como fronteiras agropecuárias o Estado do Tocantins, o Sul e Sudoeste do Maranhão e o Sul e Sudeste Pará. Assim o desmatamento causado pelas atividades de agropecuária tem sido responsável pela alteração de grandes porções de áreas com cobertura vegetal nativa. De acordo com estudos e pesquisas do IBGE (2003) As principais causas do desmatamento, na Amazônia são “o crescimento da população, via migração estimulada pelo governo; o crescimento da indústria madeireira, aliado à ampliação da rede viária; e as queimadas realizadas para manejo de pastagens e áreas agrícolas.”

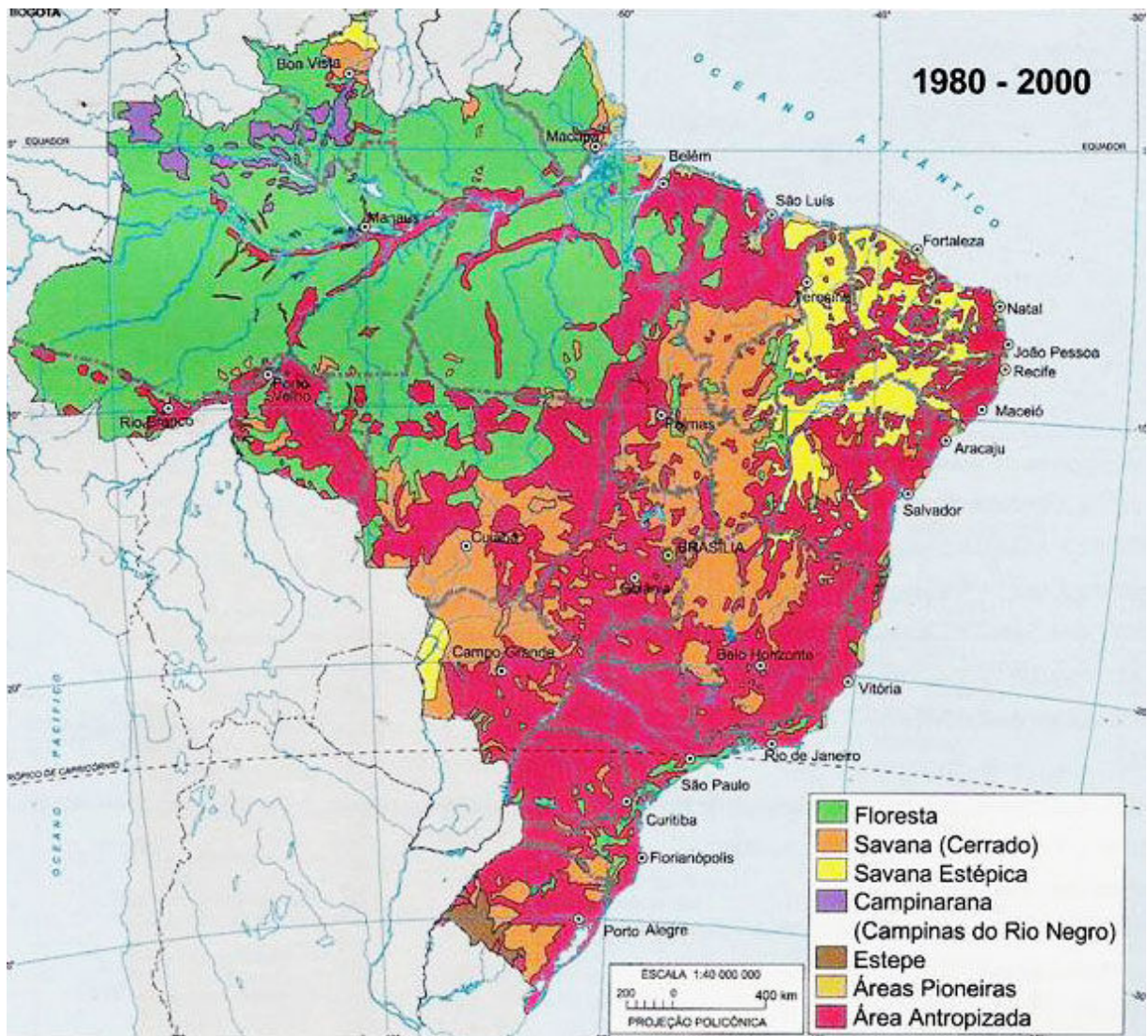


Figura 5: Cerrado: retração da vegetação nativa. Fonte: IBGE. Atlas geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2004, p. 110.

No processo de ocupação da fronteira agropecuária na Amazônia, entre outros fatores resultou numa retração da vegetação nativa do cerrado e da floresta, como se pode observar no mapa da figura 5, pela área antropizada. Além do desmatamento, há outro fator preocupante que tem tido como resultado também a afirmação do grande estabelecimento e da desigualdade na distribuição da terra, que o IBGE (2003), classifica como sendo “48% dos municípios incluídos na categoria de “fronteira agrícola consolidada” têm média concentração fundiária, e 52% apresentam alta concentração.” A população da Amazônia apresenta um quadro bastante heterogêneo cujo destaque é que as regiões de média a alta densidade demográfica são as de povoamento mais antigo da Amazônia oriental, onde se destaca áreas no Maranhão e no norte de Tocantins, além do eixo da BR-364 em Rondônia. Nesse domínio há uma ocupação mais consolidada. Na parte meridional, os migrantes do Sul e Sudeste brasileiros contribuíram para outra realidade, baseada nas formas de produção e nos estabelecimentos agropecuários mais modernos tecnologicamente. Já os no caso dos migrantes de fora da região amazônica, sobressaem-se os nordestinos e os sulistas. A participação de migrantes de outras regiões e do exterior é bastante reduzida. É essa característica, que prepondera particularmente no cerrado maranhense na Amazônia Legal.

O quadro de logística do território amazônico tem um papel preponderante, pois (re) define os contornos gerais de circulação de bens e pessoas na região amazônica, reunindo então as redes de infra-estrutura física (rodovias, ferrovias, hidrovias), de energia elétrica, a distribuição dos pontos de estocagem da produção agropecuária, além do sistema urbano (armazéns e frigoríficos). Todos esses itens influenciam na ocupação do território, na distribuição das atividades produtivas e, portanto, na ocupação e devastação da vegetação amazônica.

1.1 As designações de fronteira, frentes de expansão para o estudo do cerrado maranhense na Amazônia Legal

O espaço nasce a partir de uma ambientabilidade do homem, de uma coabitação com a diversidade da natureza. Ele cria um forte sentido de pertencimento, um enraizamento cultural e territorial com identidade com o meio. (MOREIRA, 2007). Face ao processo de transnacionalização dos espaços econômicos, o processo de avanço do mercado capitalista e/ou os determinantes

econômico-corporativos, faz-se necessário analisar sobre o processo de regionalização dos espaços sociais no âmbito socioambiental do modelo de desenvolvimento idealizado e praticado na Amazônia Legal. A lógica para *Bandeira e Becker* (2002) do “pensar global e agir localmente”, já não é mais suficiente. É mais do que oportuno também, pensar local e agir globalmente. Ou seja, já não basta conhecer o local para ser global. Carecemos, ao mesmo tempo, inverter o caminho e conhecer o global para ser local.

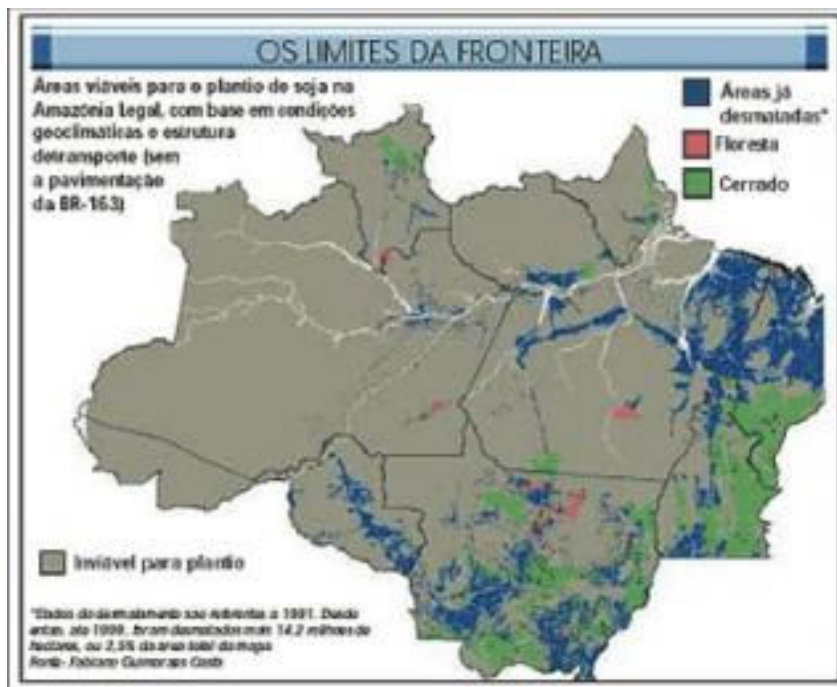


Figura 6: Fronteiras da Amazônia Legal. Fonte: Cunha, 2011.

As sociedades latino-americanas, e por extensão a Amazônia Legal, e o cerrado maranhense, como parte da mesma, configuram-se analiticamente como territórios em “estágios de fronteira”, ou seja, “ainda se encontram naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão de certo modo marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas”. (HENNESSY, 1978 apud MARTINS, 1997, p. 147). A concepção de fronteira a que nos orienta é com base na discussão de Martins (1997): frente, de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados. O autor sugere a caracterização da fronteira⁶ como situação de conflito social para uma definição de fronteira no Brasil, sob o ponto de vista da alteridade. Martins diz:

É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os

⁶ Importante também a concepção de Becker (2007, p. 21), “um espaço não estruturado, e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas.”

índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (MARTINS, 1997, p. 150-1).

Vale acrescentar a compreensão do termo alteridade, na ótica de Moreira (2007), em que na *alteridade*, a *diferença* coabitará com a *diferença*, fazendo com que a *alteridade* reafirme a igual coabitação da *diversidade*. Em suma, nos dois casos a tensão aparece como estatuto ontológico do espaço.

Sobre as designações, “frentes de expansão” e “frentes pioneiras” adota-se as duas: *frente pioneira* e *frente de expansão* por entendermos a relevância de ambas em nossa análise sobre processos de apropriação de territórios. Por “frentes de expansão”, na análise de Martins (1997), ela não se refere apenas e tão somente à formulação feita por Ribeiro (1977, p.25), “concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas.” Na discussão, Martins (1997), enfatiza a percepção do antropólogo Dietric Gerhard e ressalta que:

Esse antropólogo não vê a frente de expansão como sendo apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas. Ele inclui nessa definição também as populações pobres, rotineiras, não-indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado (MARTINS, 1997, p. 152-153).

Portanto, essa citação é, pois pra validar o que no entender do autor existem os “modos de ver a fronteira”. Não sendo a “frentes de expansão” limitada em sua explicação como levando em consideração a concepção de espaço expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência somente as populações indígenas. Validando o caráter dinâmico das frentes de expansão no aspecto da territorialidade, face ao termo unidimensional de “frentes pioneiras”, que induz um aspecto tão somente do novo e do modernizante.

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização. (MARTINS, 1997, p. 153).

O processo de ocupação do território do CAM ocorre, pois nos dois diferentes modos de ver esse território como fronteira. Mas, alinhado à designação de “frentes

de expansão”, no entanto não desclassifica o termo “frentes de expansão, sobretudo, demarcada pela expansão geográfica da economia capitalista, enfim como Martins (1997, p. 27), afirma que “o deslocamento progressivo das *frentes pioneiras* tem sido, na verdade um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital, o da sua expansão territorial.”

1.2 A territorialização e a dinâmica socioespacial

Várias são as noções de território, enquanto categoria geral de análise. Haesbaert (2004) evidencia algumas vertentes básicas a) política: - referida às relações espaço-poder em geral - ou jurídico-política - espaço-poder-institucionalizadas -, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder; b) cultural: (muita das vezes culturalista) ou simbólico-cultural, o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; c) econômica: (muitas vezes economicista): enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. d) Interpretação natural(ista): que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico. Olhar e refletir sobre o cerrado maranhense sob a ótica de uma abordagem territorial é:

Uma nova forma de ver e compreender o espaço, a sociedade e a natureza, ou a dinâmica socioespacial, destacando-se as redes de circulação e comunicação, as características e a importância da natureza exterior ao homem, as relações de poder e as identidades historicamente construídas. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 16).

Haesbaert (2007) elenca, no entanto novas perspectivas teóricas sobre a concepção de território dentro de duas linhas interpretativas: a primeira sob o prisma do binômio “materialismo-idealismo” que tanto pode trazer uma visão parcial quanto uma visão “integradora” de território. E a segunda sob o prisma do binômio “espaço-tempo” que enfoca um caráter relacional. Bem como sua historicidade e geograficidade. (HAESBAERT, 2007, p 40). Para o referido autor na concepção da geografia território e territorialidade enfatiza a materialidade do território, em suas

múltiplas dimensões, incluindo a interação sociedade-natureza. Que em outras palavras refletem o dinamismo, também evidenciado por Saquet e Sposito, quando atestam que:

Há uma concepção renovada do território, da territorialidade e do desenvolvimento, reconhecendo-se as contradições sociais, o movimento, a dialética socioespacial, a processualidade histórica, a importância dos lugares e dos sujeitos locais, da natureza exterior ao homem e a necessidade de organização e atuação política, numa espécie de práxis revista e renovada a partir de experiências efetivadas, sobretudo durante o século XX. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 16).

Ainda sobre Haesbaert (2007) a designação de território e territorialidade constitui-se campos da análise em que se sobressaem as seguintes áreas e seus respectivos enfoques:

Ciência política – relações de poder

Economia – uma das bases da produção (fator locacional)

Antropologia – destaca a sua dimensão simbólica

Sociologia – intervenção nas relações sociais

Psicologia – construção da subjetividade ou da identidade pessoal

(HAESBAERT, 2007, p.37)

Pode-se observar através dos enfoques diferenciados em suas ciências a abrangência do termo território e territorialidade, porém longe de enfoques estanques, a territorialidade que queremos neste estudo validar

Corresponde ao controle sobre uma área ou espaço; é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas e está intimamente relacionada ao modo como as pessoas usam a terra, organizam o espaço e dão significado ao lugar. (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 17).

Dessa forma, territorialidade congrega todos os enfoques isolados dados às diferentes áreas do conhecimento. Que, no entanto pela força dialética do termo configurada pelas relações de poder e pautado pelas relações sociais fazem surgir a desterritorialização, que segundo Haesbaert (2007) é a territorialização extremamente precária a que estão sujeitos os 'aglomerados humanos' dos sem-teto, sem-terra, e dos tantos grupos minoritários na sua luta pelo 'território mínimo'.

Apenas com a visão híbrida do espaço se torna possível a compreensão do território a partir de uma leitura integradora. Haesbaert (2007) define como espaço híbrido a fusão entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, que acontecem numa complexa interação espaço-tempo.

Que na ótica de Cleps Júnior (2010, p. 36), disso resultará num processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, com base, no grau de acessibilidade de informações; podendo fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização), ou reconstruí-los (reterritorialização). Com base em nosso objeto de estudo esse processo ocorre pelo surgimento dos novos territórios alternativos na região do CAM (territorialização) pelas quebradeiras de coco, pela rede de produtos de frutos do cerrado, pela integração regional do Cerrado amazônico Tocantino, pelos produtores familiares. No chamado processo de desterritorialização acontece quando eles são atingidos pelo poder do capital, pela força avassaladora do agronegócio e pelos GPs que aniquilam a base. Exemplificando: para uma necessidade enorme de terras para o plantio da cana fez com que diversos produtores rurais acabassem vendendo-as e migrando para as cidades. Ou na mais das vezes, trabalhando como diarista ou fichado na agroindústria canavieira que lhe retirou a possibilidade de continuar com sua produção agrícola. Numa reconstrução, ou reterritorialização há perda para o lado menos abastado ou não proprietário dos meios de produção. O êxodo rural é o caminho mais certo como no caso aqui tomado como exemplo. Grande parte dos produtores familiares de Campestre, na área da agroindústria canavieira, migrou para Imperatriz e Goiânia/Aparecida de Goiânia, quando não, vieram para a sede do município. Assim sendo, todos os termos são oportunos e adequados às formulações e abordagens sobre os processos de apropriação do cerrado maranhense. Em especial quando o desenvolvimento nesse território se encontra distante do que considera Furtado (1984, p. 70) “uma via de acesso a formas sociais mais aptas para estimular a criatividade humana e para responder às aspirações de uma coletividade.”

1.3 Desenvolvimento e a região no âmbito dos Complexos Agroindustriais

A Considerar a difícil missão do entendimento e definição do termo “desenvolvimento” numa lógica global-regional, buscou-se enfatizar, sobretudo o contraponto de certo modelo de desenvolvimento instado em nosso país, sobre um prisma econômico por excelência. Modelo este pautado através do crescimento econômico, com destaque para o crescimento do produto interno Bruto – PIB e da modernização tecnológica. Para Souza (1996), trata-se na verdade de uma supersimplificação típicas das teorias de modernização e do crescimento que foram bastante evidenciados na década de 1960. Onde os efeitos sociais positivos resultantes de tal compreensão de desenvolvimento econômico eram vistos como “conseqüências naturais” dos tais processos de modernização e crescimento, passando a ser quase uma questão de tempo. Souza (1996) faz um alerta das possíveis conseqüências desse modelo de desenvolvimento

[...], portanto, sem se admitir a necessidade de implementação de *políticas* de distribuição da riqueza e de combate à pobreza. Esse reducionismo não está, é bem verdade, extinto e pode ser observado justamente no campo prático das estratégias e políticas de “desenvolvimento” dos mais diferentes países do “Terceiro Mundo” (SOUZA, 1996, p. 7).

Ainda em Souza (1996), ele oportunamente ressalta que:

Crescimento e modernização se não forem acompanhados por redistribuição da riqueza socialmente produzida e atendimento de necessidades materiais e não materiais elementares, não devem, por conseguinte, valer como indicadores de desenvolvimento em sentido estrito. (SOUZA, 1996, p. 7-8).

Diante do minimamente exposto sobre dilemas do termo e aplicabilidade do que vem a ser desenvolvimento, duas vertentes nos chama atenção e servem de balizas aos julgamentos que fazemos neste estudo. A primeira vem da situação de que o reducionismo de que fala o autor não se encontra extinto. E que “tais estratégias e políticas de desenvolvimento”, se enquadram em particular no caso da região do cerrado amazônico maranhense. A segunda, que complementa a primeira sendo senão, uma é decorrência da outra é o da validade da “redistribuição da riqueza socialmente produzida”, para que assim o termo desenvolvimento seja legítimo. No território do cerrado maranhense isso, ainda está distante, em que pese às reações críticas manifestadas pelos vários segmentos sociais organizados.

Um dos teóricos do conceito de desenvolvimento foi o austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) que, em que pese sua profícua *Teoria do Desenvolvimento*

Econômico, destacamos os três fatores mais estudados e destacados, inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. Sobre seus “Ciclos Econômicos” Souza (2008) enfatiza que:

A economia Schumpeteriana move-se, portanto, através de uma trajetória cíclica. O surgimento de inovações, de crédito e de empresários inovadores não é linear, provocando o crescimento econômico em ritmo superior à tendência histórica, limitada pelo estoque de recursos e técnicas tradicionais. (SOUZA, 2008, p. 134).

Ainda sobre os ciclos econômicos em Schumpeter, que vai grosso modo como tendências, da *prosperidade*, passando pela *recessão e depressão* e até mesmo a perspectiva de um *declínio do capitalismo*, justamente onde interessa-nos destacar alguns pontos, que vão de encontro ao enfoque de que se segue para retratarmos os conflitos existentes nesse estudo, quanto à temática em que se insere o desenvolvimento. Os fatores são: ambientais, saturação, obsolescência da função empresarial, destruição da camada protetora e o desaparecimento do espírito de propriedade. (SCHUMPETER, 1961 *apud* SOUZA, 2008, p. 165).

Com relação ao desenvolvimento regional, Dallabrida (2000) com base em Boisier (1996), destaca os atributos inerentes ao desenvolvimento.

Primeiro: um crescente processo de autonomia regional, que significa capacidade crescente de definir seu próprio destino. Segundo: uma crescente capacidade regional para apropriar-se do excedente econômico ali gerado, a fim de revertê-lo na própria região, diversificando sua base econômica e conferindo sustentabilidade de longo prazo a seu crescimento. Terceiro: um crescente movimento de inclusão social, o que implica uma melhoria da repartição da renda regional entre as pessoas e uma permanente possibilidade de participação da população nas decisões de competência na região. Quarto: um crescente processo de conscientização e mobilização social em torno da proteção ambiental e do manejo nacional dos recursos naturais da região. Quinto: uma crescente autopercepção coletiva de “pertença” regional, isto é, de identificação da população com sua região. (BOISIER, 1996 *apud* DALLABRIDA, 2000, p. 27-8).

A região objeto desse trabalho, em que pese suas demarcações geográficas pelo Estado e IBGE, se insere no amplo conceito de Região Tocantina por ter como parâmetro a Bacia de mesmo nome. Precisa, portanto se pautar nos princípios da sustentabilidade e da endogenização para o seu desenvolvimento. Essa mesma região emerge como fronteira e passa por uma configuração que desde os anos 1980, ganha novos contornos. Um deles é de sair da condição de pólo produtor de produtos primários para a condição de uma região em que prepondera a

agroindústria e a monocultura de produtos como a soja, a cana e o eucalipto. Tudo dentro de novos paradigmas, que vai desde o tecnológico, passando pela modernização, até chegar à industrialização, daí se configurando para os chamados complexos agroindustriais. A partir de então verifica como se classifica todos esses paradigmas e novas denominações. Sobre o conceito de paradigma tecnológico

[...] é preciso pressupor que para configurar um novo paradigma uma tecnologia deve preencher três requisitos básicos: a) ser de ampla aplicabilidade; b) ser aplicável tanto na esfera da produção propriamente dita (como um redutor de custos) como na do consumo, através da produção de novos bens e de novos segmentos de consumidores; c) ser aplicável, basicamente, a um setor emergente (ou ascendente) do sistema econômico. (SILVA, 2003, p. 65-6).

A condição da manutenção e progressão do capitalismo é fortemente influenciada pelo progresso técnico, nisso o paradigma tecnológico é eficaz. Por modernização da agricultura, com base em Kageyama et al (1996, p. 113), que a entende basicamente como a mudança na base técnica da produção agrícola. E foi um processo que ganhou dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos etc.), ou seja, “mudanças de ferramentas e mudanças de cultura ou novas variedades.” E no que acrescenta: “Nesta transformação da forma de produzir houve substituição de determinadas culturas por outras e, dentro da mesma cultura, por outras variedades modernas.” (p. 113).

No que concerne à ‘industrialização da agricultura’ os mesmos estudos de Kageyama et al (1996, p. 113) apontam que a mesma “envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma “fábrica” que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção.” A partir do pós-1975 surgem os complexos agroindustriais que no dizer de Kageyama et al (1996, p. 115) “São vários complexos que se constituem, ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente.” E que ressaltam sobre o uso do termo complexo, aqui em particular, usado para identificar conjuntos de atividades fortemente relacionadas entre si (por compras e vendas) e fracamente relacionadas com o resto das atividades. E adianta que

Não existe apenas uma agricultura; existem vários complexos agroindustriais. E a dinâmica desses segmentos da agricultura é a dos

complexos Em todos eles existe um elemento aglutinador “administrando-os”, que são as políticas do Estado. O Estado assume o papel do capital em geral, do capital financeiro, o que coloca uma questão importante num regime democrático, que é o controle desse Estado. (KAGEYAMA ET AL, 1996, p. 115).

O Estado, em especial na região da Amazônia sempre teve papel preponderante através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e também há a ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no caso da Amazônia maranhense também pertencente à Região Nordeste, bem como projetos com aportes financeiros pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e pelo Banco Da Amazônia S. A. (BASA). Há, no entanto, outras características mais perceptíveis abordadas pela excelente pesquisa por Kageyama et al (1996),

A principal modificação na dinâmica da agricultura brasileira consiste num processo histórico de passagem do chamado “complexo rural” para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais” (CAIs). Esse processo envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das importações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário. (KAGEYAMA ET AL, 1996, p. 116).

Nesse ponto em particular; segundo os pesquisadores, do “processo que envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria,” (idem) podemos ter clara a idéia do que julgamos classificar. A região de que se trata, no enquadramento da passagem de complexo rural para a dinâmica comandada pelos complexos agroindustriais.

Em relação aos elementos centrais que, a partir da década de 70, ensejaram a constituição dos complexos agroindustriais Kageyama et al (1996, p. 185), aponta dois aspectos:

- *a Internalização da indústria de máquinas e insumos agrícolas;*
- *a modernização e expansão do parque agroindustrial*

E permeando esses processos

- a montagem de um aparato de política econômica voltada à “sondagem” dos componentes dos CAIs (agricultura e indústria a montante e a jusante).” (p.185).

Da diferença qualitativa em relação a outros produtos, da qual fala o estudo que ora utilizo para ilustrar destacam-se a “Lavoura de cana e a soja, através do processamento industrial são transformadas em outros produtos (açúcar e álcool, óleos e farelos) e o grupo de produtos que passam apenas por um beneficiamento simples, como arroz e trigo.” (KAGEYAMA ET AL, 1996, p. 192). Que arregimenta “Do ponto de vista da intensidade das relações interindustriais, tanto a montante como a jusante, temos assim pelo menos três setores da agricultura formando CAIs completos: cana, soja/trigo e avicultura.” (KAGEYAMA ET AL, 1996, p. 192).

Pra finalizar essas observações onde no entender de Kageyama et al (1996, p. 192), soja e cana produtos típicos que interferem na região, são produtos com composição da demanda final variável, distinguindo-se em algumas situações, tais como:

-produtos que *in natura* ou beneficiados destinam-se basicamente à exportação, mas, que processados são absorvidos majoritariamente no mercado interno: café, soja e milho;

-produtos beneficiados ou processados para os quais o mercado externo tem peso importante na demanda final: açúcar e álcool, tortas e farelos.

A considerar essas premissas a cana tem forte ligação intersetorial “para trás”, com dois terços dos gastos da produção com insumos absorvidos em insumos industriais. Típica integração “para frente”, destinando-se a quase totalidade do produto para indústrias de bens finais (açúcar e bebidas alcoólicas). Enquanto a lavoura da soja mostra também forte ligação com a indústria a montante (57% do consumo total em insumos industriais) e a jusante. “A soja é caso exemplar de complexidade (no sentido de intensidade) de relações agricultura-indústria: o total da produção, excluída a parte consumida no setor agrícola, vai para indústrias de grande porte, como matéria-prima para vários produtos, destacando-se óleos e alimentos para animais.” (KAGEYAMA ET AL, 1996, p. 194). Na região do cerrado

maranhense soja e cana são os dois principais produtos com inserção na agroindústria, com aportes elevados de ativos financeiros.

1.4 Aspectos da Região do Cerrado maranhense na Amazônia

A Amazônia brasileira na sua diversidade abarca parte do bioma cerrado, sobretudo no Mato Grosso, no Tocantins e boa parcela do Maranhão. No aspecto ligado à rede urbana regional e suas áreas de atuação, de acordo com Becker (2007, p. 96), “há 3 subsistemas regionais, comandados por Manaus, Belém e São Luís; e dois subsistemas subordinados aos sistemas de São Paulo e Goiânia, e que têm respectivamente nas cidades de Cuiabá e de Imperatriz e Araguaína seus centros de segunda ordem.” Essa rede urbana regional e suas áreas de atuação estão integrados na abrangência do cerrado como um todo pelo seu potencial no âmbito econômico, sobre essas perspectivas Becker, diagnostica:

O desenvolvimento da região do cerrado diz respeito a esse bioma como um todo e utiliza, estrategicamente, sua localização central no território brasileiro e sul americano, em quadro geopolítico onde se torna preponderante a necessidade de uma política promotora da articulação regional e da reestruturação estratégica dessa região para atuar em um mercado globalizado. Nesse contexto é que os investimentos orientados para a expansão de grandes eixos de articulação entre as áreas de lavoura modernizada no Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão e os mercados nacional e internacional (investimentos fundamentais para se atuar no competitivo mercado de grãos cuja globalização exige a informação em tempo real como fator preponderante de sucesso em suas transações financeiro-comerciais, cada vez mais imprevisíveis pelo caráter especulativo que vem assumindo essas transações). (BECKER, 2007, p. 99).

Partindo dessas premissas acima levantadas no sentido estratégico territorial para afirmação do processo de consolidação da fronteira agrícola modernizada em andamento na região do cerrado que envolve o investimento em aportes logísticos de infraestrutura. Que se articule, na opinião abalizada de Becker (2007, p. 97), “com centros de comercialização e apoio à produção e aos produtores, o que envolve, também, programas eficazes de crédito e de extensão rural acessível aos pequenos e médios produtores menos capitalizados.” Ou seja, que as políticas públicas através dos investimentos públicos contemplem os pequenos e médios produtores engajados numa política de sustentabilidade ambiental. Sobre Imperatriz, como subsistema de Goiânia, há algumas considerações, levantadas oportunamente por Becker sobre a relevância desta cidade

Imperatriz, no sul do Maranhão, desempenha forte polarização na Amazônia oriental, em uma área onde as redes logísticas estão se adensando, acelerando o processo de mudança no uso da terra e da cobertura vegetal naquela região meridional do espaço amazônico. (BECKER, 2007, p. 97).

Na Amazônia Oriental, a cidade de Imperatriz, funciona como uma metrópole regional onde se analisa as tendências verificadas no processo evolutivo, o que poderá servir de referencial para a compreensão da realidade regional. No município de Imperatriz, o maior depois da capital e o mais importante na região da Pré-Amazônia maranhense essa dinâmica acelerou-se a partir da década de sessenta do século XX, com a construção da Rodovia Belém-Brasília. Época em que a economia nacional entrou em ebulição econômica impulsionada pelas políticas desenvolvimentistas implantadas pelo presidente Juscelino Kubistchek, as quais alavancaram o crescimento industrial e contribuíram para a transferência do centro de negócios e produção do setor agrário para a zona urbana.



Figura 7: O Maranhão e suas regiões geoeconômicas, em destaque a cidade de Imperatriz no vale do Rio Tocantins. Fonte: Portal São Francisco. Acesso em: 10 maio 2010.

Em Imperatriz o progresso foi impulsionado por uma elite proveniente do Centro-Sul, que com seus negócios alavancaram e fizeram com que ela e a região se desenvolvessem (isso sem ser equânime) a ponto de hoje reivindicar autonomia político-administrativa. E logo que a região outrora era considerada a *Sibéria maranhense*, passou a ser vista como sinônimo de desenvolvimento começa a receber mais atenção dos órgãos governamentais, através da SUDENE, da Sudam e do Banco da Amazônia. Através do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), nos anos 1970 é implantado e dimensionando o pólo da soja, na

região mais ao sul do estado. Nos anos 1980, vem o Programa Grande Carajás, e com ele as implantações de super guserias, com seus altos fornos mantidos ou por vegetação nativa ou por madeira provenientes de áreas desmatadas.

Sob a égide do capitalismo globalizado, produtos e minérios regionais foram e são destinados a outros países, sem, contudo, servirem à reversão da situação de preponderância das desigualdades. Nesse contexto se situa nossa reflexão, na tentativa da compreensão que envolve valores históricos, em que a natureza é peça vital, tanto ao servir aos anseios imediatos da população como ao fornecer a matéria-prima. Que alimenta a dinâmica do capital, até o processo de desenvolvimento regional cujos aspectos peculiares de urbanização, produção e desenvolvimento nortearão a pesquisa objeto deste projeto.

Trabalhos que têm como objeto de estudo a Amazônia, são muitos, seja para tratar de suas reservas naturais (as intactas e as exploradas), sobre suas potencialidades econômicas, sobre o extermínio das últimas nações indígenas, sobre seu processo de ocupação e urbanização ou a disputa pela posse da terra, entre outras. Considere-se, de antemão, a grandiosidade espacial da Amazônia Legal brasileira, A riqueza em água doce, em minérios e diversidade biológica faz deste importante espaço brasileiro objeto de discussão e reflexão acerca de sua história, sua natureza e seu desenvolvimento regional. É por tudo isso que a Amazônia está sob o foco de várias ciências e de seus estudiosos.

Já o Maranhão não possui características geográficas inteiramente amazônicas nem absolutamente nordestinas. Observa-se que, a partir da baía de São José para o oeste é amazônica e que o limite da floresta passa por Barra do Corda e vai alcançar Imperatriz. (LOPES, 1928 apud VALVERDE, 1994).

Mapa 12



Figura 8: Quadro da vegetação do Maranhão. Fonte: IMESC, disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br> Acesso em: 14 jul. 2010.

Wagner (1994) esclarece a questão da ocupação e propriedade da terra na região. Segundo ele, a primeira forma de apropriação de terra foi a da sesmaria, uma figura jurídica que vigiu até 1822. Já no interregno de 1822 a 1850 não existiu no país uma lei de terras propriamente, período em que era livre a posse de terras. Conforme Wagner, no Maranhão, a partir da Balaiada (tentativa dos grandes proprietários de impedirem o livre acesso às terras) começa a se formar dentro do grande latifúndio uma forma de campesinato baseado na:

- a) força de trabalho de ex-escravos que fugiam das grandes plantações;
- b) processo de doação de grandes propriedades a ex-famílias de escravos (no Maranhão foram cerca de 100);
- c) doações de terras por recompensa a serviços guerreiros.

Enfim, o autor atesta que esse processo de formação de campesinato no Maranhão marca o início da ocupação da Amazônia Oriental, caracterizada pela desagregação da grande propriedade. Conforme Wagner (1994, p.75) “É da fragmentação da grande propriedade algodoeira e da grande propriedade de cana-de-açúcar que se dá a formação do primeiro campesinato”.

Já a partir de 1850, época em que se dava a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, com a criação da Lei das Terras, deteve-se o livre acesso à propriedade, por meio da criação da figura da aquisição. Várias são as concepções sobre o processo de ocupação das terras maranhenses, mas prevalece uma única vertente, a da corrente povoadora a partir de São Luís. A parte Oeste e Sul em geral são omitidos, silenciada. Urge, então, um resgate pleno das formas de ocupação dessa parte da Amazônia Oriental, considerando-se inclusive a noção do despovoamento, ou seja, não se pode perder de vista que, em geral, antes de haver um povoamento houve um despovoamento, para depois haver, na verdade, um repovoamento. Todas essas nuances precisam ser levadas em conta no decorrer de uma pesquisa sobre essa questão.

Na releitura com o município de Imperatriz, que funciona como metrópole regional, pois congrega municípios do seu *hinterland* metropolitano (Norte do Tocantins, Sul do Pará e Sul e Sudoeste do Maranhão), partiremos do trabalho de Carvalho (1996) *Imperatriz - Aspectos de seu Desenvolvimento Econômico, Demográfico e Social*. O autor faz breve radiografia dessa cidade pelo prisma histórico e geográfico. Ao abordar a economia regional, ele revela aspectos positivos e negativos a partir de um enfoque macroeconômico em que insere a cidade e região no sistema capitalista.

Na esfera geográfica, Imperatriz ou grande parte dela se constitui (ou se constituiu) de floresta equatorial com muita madeira de lei, como pau d’arco (Ipê), angelim, cedro, sucupira, maçaranduba e muiracatiara. A cidade, segundo ele, possui clima sub-úmido e se situa entre a campinas do lado sul e a mata densa do lado norte. Em relação aos aspectos históricos, reportam-se marcos que vão desde a fundação da Vila de Santa Tereza, em 1852, por Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, às margens do Rio Tocantins, por frei Manoel Procópio do Coração de Maria, passando pela construção da Rodovia Belém–Brasília entre outros. O rio

Tocantins ou o Vale do Tocantins com é amplamente divulgado que compreende a bacia do Rio Tocantins no Maranhão é digamos o ponto fulcral da região do estudo. (vide figura 5). Ainda nos aspectos históricos, são três as fases do desenvolvimento de Imperatriz. O pequeno e grande comércio (1975), a agricultura (1976) e a indústria (1976), baseada então na extração de óleo de babaçu e no beneficiamento de algodão, arroz e madeira.

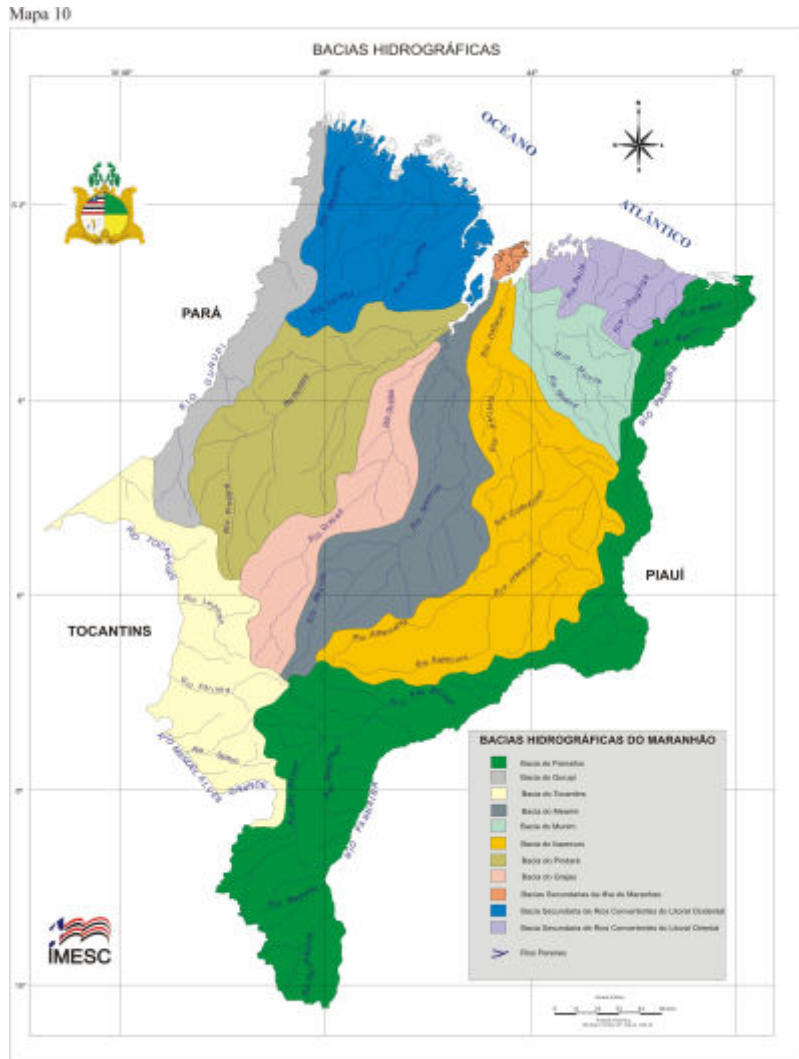


Figura 9: Quadro das bacias hidrográficas do Maranhão. Fonte: IMESC, disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br> Acesso em: 14 jul. 2010.

O processo de desenvolvimento econômico de Imperatriz, também reflete as contradições em aspectos quanto à urbanização, a utilização da natureza e suas múltiplas dimensões, os fatores produtivos e a acumulação capitalista, bem como as correntes migratórias na dinamização do contexto regional. Muitos estudiosos têm buscado redimensionar historiograficamente as múltiplas faces da Amazônia

Oriental quanto às questões que envolvem a natureza e a urbanização. Nas obras que tratam de Imperatriz, muitos são os relatos e enumerações sobre sua história, geografia e seu desenvolvimento econômico e social, dentre outros aspectos. Neste tópico, pretendeu-se desenvolver uma abordagem entre o processo da utilização racional da natureza amazônica e sua relação intrínseca com os referenciais desenvolvimentistas (produção, trabalho e capital, entre outros).

A busca no sentido de uma (re) dimensão da memória urbanística e cultural, a fim de que o resgate histórico possa servir de entendimento e compreensão. Bem como da valorização da memória social e da cotidianidade, estudos servem as gerações e tem em si a concepção apenas do espaço urbano já modificado, e valores culturais que já soterram os mais longínquos. Sem, sobretudo, entenderem, que muito deles persistem, e dão muitas vezes o tom do discurso, ou melhor, determinam as razões do presente urbano. Convém ressaltar e explicitar que embora a dinâmica dos sujeitos que processam as dimensões urbanas e culturais, elas são encetadas pelo poder público, pelos agentes públicos/políticos. Através de seus atos normativos e de dimensão pública que norteiam políticas comuns a uma determinada sociedade.

Retratar um pouco da cidade pólo da região ajuda a esclarecer a real dimensão de um exemplo típico da aceleração do processo de urbanização que recebeu uma leva considerável de migrantes. Que elevou as taxas de crescimento econômico de um lado, mas, uma série de problemas por outro. Que impulsionou a Região no cenário da pecuária leiteira, que sedimentou uma elite empreendedora, mas, concentrou terras e riquezas nas mãos de poucos.

1.5 O território do cerrado enquanto espaço dinâmico do capital

As frentes de expansão no cerrado maranhense elevam o acelerado processo de urbanização e por “atrair” pela elevada taxa de migrantes. Passando a ser valorizado no âmbito da ótica capital-produção. O início de sua revalorização ocorre nos anos de 1960, com maior intensificação nos anos de 1980 e 1990, com a modernização da agricultura. Alavancados por alguns mitos discursivos, como sendo da natureza infinita, do progresso e do crescimento ilimitado, da igualdade socioeconômica, sendo que estes últimos são frutos apregoados pela realização do capitalismo - são os tempos do desenvolvimento e da modernidade.

Em contraponto, o enorme avanço de uso e ocupação do cerrado acaba por trazer inúmeros impactos de dimensões e natureza diversas. Há uma derrubada vertiginosa da cobertura vegetal, em substituição ao alargamento das pastagens e do cultivo da soja. Não obstante, o bioma cerrado, de maneira geral, representa em média 25% da produção de grãos e 40% do rebanho nacional. Uma constatação que reflete de igual modo observado no que se refere à parcela do cerrado sul maranhense. A poluição e assoreamento das nascentes e matas ciliares dos rios, abrangendo de maneira geral as bacias fluviais são também fatores de impactos ao bioma cerrado. Com isso atinge um número considerável das populações residentes que se utilizam para viverem, bem como, o modelo energético brasileiro através da construção de barragens para geração de energia, que trará impactos irreversíveis a curto médio e longo prazo para a natureza e os povos que habitam o cerrado. Isto é mais preocupante quando: seis das oito principais bacias hidrográficas brasileiras possui suas nascentes em áreas de cerrado.

O Cerrado constitui-se como sendo o segundo maior bioma brasileiro, com uma área aproximada de 204 milhões de hectares, o correspondente a cerca de 24% do território brasileiro. Seu bioma possui importância em termos econômicos e principalmente ambientais. A considerar que historicamente, em geral o território é definido e delimitado por relações de poder. E envolvem ao mesmo tempo dinâmicas espaciais e materiais dentro das relações sociais, dessa forma o território do Cerrado se presta a uma lógica de apropriação do mesmo pela nova ordem econômica. Por essas características sofre as intensidades das múltiplas territorialidades num desenrolar de desterritorializações e reterritorializações de cidadãos, de produtos e objetos, em compasso com a evolução das cidades. (MOREIRA, 2007; SOUZA, 2007). Sobre estas considerações, Saquet (2007), enfatiza que:

São *novas* territorialidades constituídas na reterritorialização. As territorialidades são culturais (folclóricas), políticas (do Estado, de partidos e de bairros) e econômicas (centradas na criação e reprodução do capitalismo) e estão presentes nesta reterritorialização. Têm uma postura múltipla frente ao conceito de território, apreendendo aspectos (i) materiais de sua constituição no *real*. A ênfase é para a rotação do capital. (SAQUET, 2007, p.56).

Então, frente às dimensões (política, simbólica e econômica) que o território alcança, Haesbaert (2004), define uma abrangência híbrida, integradora, de multiterritorialidade, para uma melhor compreensão da categoria território. Multiterritorialidade possível devido à reprodução da sociedade por meio de redes,

segundo ele. O que permite interligar várias formas de reprodução das relações sociais. O cerrado, enquanto território deve ser compreendido sob o prisma desta multiterritorialidade, para entendimento e compreensão da urgente necessidade de sua sustentabilidade⁷ para as futuras gerações.

O CAM enquanto fronteira, pode ser compreendido genericamente como área de crescimento demográfico e frente de expansão do capitalismo. A considerar o modelo de desenvolvimento brasileiro adotado ao longo dos anos tendo como base a teoria dos produtos básicos. O uso e a ocupação da terra para fins produtivos passam a ser a grande vanguarda dos grandes empreendimentos. Que, como oportunamente analisa Humberto:

Nesse sentido, assinalar o papel que desempenhou o fator ambiental na instituição do espaço rural brasileiro justifica-se, primeiro, pelo caminho escolhido, o da concentração fundiária, que incentivou a modernização agroeconômica à custa da degradação socioambiental. E, segundo, pela intensificação do padrão de modernização agrícola, com o agravamento da degradação dos solos e poluição dos rios, a partir do advento da Revolução Verde no Brasil, entre 1960-1970. (HUMBERTO, 2007, p. 105).

Há ainda a necessidade da observância quanto a consideração acima e também compreender que os resultados do ponto de vista de desenvolvimento regional são poucos ou quase irrelevantes para os pequenos produtores e pescadores artesanais. Na análise de Landes, há o alerta:

A terra engloba não só a área superficial, mas também os recursos que lhe são subjacentes; e do ponto de vista do desenvolvimento econômico, as características salientes de uma região de fronteira são espaço, solo e abundância de matérias-primas. (LANDES, 1998, p. 328).

E, então temos uma realidade vivenciada na exploração dos recursos hídricos, da fauna e da flora e que não é sinônimo de garantia de melhoria para as comunidades. Explicação para isso vem do próprio Landes (1998, p.330): “Só porque uma economia ganha com a exportação de produtos primários não significa necessariamente que ela usará depois essa renda para promover o desenvolvimento.” (LANDES, 1998, p. 330). Aliás, acontece o contrário, são altas taxas de crescimento com concentração de renda e riqueza (para poucos).

⁷ Com essa finalidade há a rede frutos do cerrado e o movimento das quebradeiras de coco babaçu no MA.

CAPÍTULO 2 - PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DO CERRADO AMAZÔNICO MARANHENSE E SUA NOVA GEOGRAFIA

2.1 Antecedentes históricos da nova configuração geográfica do cerrado maranhense

O território do CAM compreende parte das mesorregiões⁸ Oeste e Sul do Estado do Maranhão, entrelaçados por meio da bacia Araguaia-Tocantins. Uma região, que possui diversos pólos de desenvolvimento e, palcos de disputas fundiárias. A região geograficamente é parte da Amazônia Legal, constituindo-se como fronteira-limite na parte Oriental. E tem em sua abrangência, o cerrado, a zona da chapada e a floresta. Portanto uma região de fronteira, considerada pólo estratégico de desenvolvimento, no plano da produção, da circulação e do consumo. Em relação com os aspectos das migrações, do crescimento econômico e do êxodo rural em massa. .

Para Picoli (2006), duas classes sociais determinaram e possibilitaram a expansão capitalista na Região da Amazônia: os grupos econômicos que lá vão expandir seus negócios e migrações de trabalhadores que pra lá vão à procura de trabalho. Aos grupos econômicos o governo Federal concedia às grandes empresas, nacionais e multinacionais, incentivos fiscais, isto é, a possibilidade de um desconto de 50% do Imposto de Renda. E tinha mais ainda

O governo militar oferecia aos empresários 75% do capital que necessitavam para o novo empreendimento, cabendo-lhes entrar com 25% de recursos próprios. Ou podiam se associar a grandes proprietários de terra para estabelecer as novas atividades econômicas. (MARTINS, 1997, p. 87)

As fases dessa estratégia de acordo com Picoli (2006, p. 65-9) ao longo dos anos foram:

- de 1946 a 1964 – com o Estado direcionando recursos para valorizar o capital na região. Nesse período através dos incentivos fiscais o estado efetivou a transferência dos grupos econômicos para a região, com destaque para, o Plano de valorização da Amazônia (1953), e a construção de rodovias, entre elas a Rodovia Belém-Brasília (1960);

⁸ Que compreende a microrregião de Imperatriz na mesorregião Oeste e a microrregião de Porto Franco na mesorregião Sul.

- de 1964 a 1985 – com a política de “integração nacional” para organizar os projetos agropecuários e o comércio. Nesse período se sobressai o slogan “Integrar para não entregar”, a finalidade era a “ocupação dos espaços vazios”. Também nesse período foi instituído o Projeto SUDAM (1966) criado para beneficiar o grande capital, que efetivou a acumulação na região, por meio da expansão da nova fronteira. À SUDAM coube implantar grandes projetos agropecuários, com dinheiro dos incentivos fiscais.

- de 1985 a 1994 – com a política de integração das reservas ambientais idealizadas pelo programa “nossa natureza”. Aqui já se começa uma preocupação com as questões ambientais, inclusive com a realização da ECO 92, importante fórum de discussões para as principais temáticas ligadas ao meio ambiente e ecologia;

- de 1995 até os dias atuais – com a sua internacionalização para extração dos recursos florestais e minerais. A British Petroleum, que detém em concessões, área equivalente ao RJ, ES e SC, ou seja, 13% do subsolo da Amazônia. Nesse período ganha destaque a atividade petrolífera, em meio às demais.

A Amazônia por ser uma região com um potencial econômico precioso é hoje centro das atenções no cenário mundial. Para Becker (2007), os cenários que se configuram para o desenvolvimento da Amazônia estão fundamentados em três componentes principais: o primeiro deles é a dinâmica regional local da década de 1990, resultantes de políticas pregressas, de políticas atuais e de processos espontâneos de grupos sociais; o segundo é o impacto regional da retomada do planejamento pela União (associada aos Planos Plurianuais de Investimento. E o terceiro é:

O papel das transformações globais na virada do milênio, decorrentes das novas tecnologias de produção e gestão, e das redes de informação e circulação, indissociável dos dois componentes acima citados através a) da *interconexão crescente* não só do sistema financeiro e do mercado mundiais mas também das arenas políticas nacionais e internacionais; b) da *velocidade acelerada* das mudanças, diferenciada social e territorialmente em função do acesso à tecnologia, às redes e, certamente, aos recursos financeiros; e c) *do novo significado da geopolítica, que não mais atua na conquista de territórios, mas sim na apropriação da decisão sobre seu uso.* (BECKER, 2007, p. 20-1).

Tabela 1 - Sumário das Diretrizes de Desenvolvimento para a Amazônia

Período	Ênfase e Racional de Políticas Públicas	Principais Ações/Projetos
1945-1964	Desenvolvimento da Amazônia via integração no espaço econômico nacional	Criação da SPVEA (Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia). Construção da Belém-Brasília. Início da migração para a região.
1964-1972 (Castelo Branco, Médici)	Percepção da Amazônia como espaço vazio e subutilizado; preocupação geopolítica e com segurança nacional; interesse em expandir a fronteira agrícola e melhor integrar a região à economia nacional	Pólos de Desenvolvimento Operação Amazônia, Zona Franca de Manaus, criação da SUDAM e BASA; Instituídos mecanismos de crédito e incentivos fiscais para investimento no setor agropecuário; Programa de Integração Nacional (PIN); Transamazônica; Assentamento de pequenos produtores. Amazônia como válvula de escape para tensão fundiária.
1973-1984 (Geisel, Figueiredo)	Percepção da Amazônia como vulnerável e desprotegida e com potencial econômico. Exploração de recursos naturais. Integração econômica e cultural da região às demais, com ênfase na exportação de recursos naturais.	II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Ênfase em projetos de grande escala e exploração de recursos minerais e madeireiros (mais do que expansão da fronteira agrícola). Carajás, Tucuruí, Balbina, pólo noroeste.
1984-1994 (Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco)	Ênfase inicial nas questões de segurança. Crescente incorporação da questão ambiental no discurso do governo, devido à pressão internacional.	Início: Calha Norte, criação do IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Coordenação da Amazônia, Programa Nossa Natureza, Programa Nacional do Meio Ambiente, PPG-7. Suspensão temporária de incentivos fiscais em projetos de pecuária.
1995-2000 (Fernando Henrique Cardoso)	Retomada de grandes investimentos na Amazônia. Foco em projetos de infraestrutura. Inserção da região na economia global. Saída para o Atlântico, Caribe e eventualmente Pacífico, corredores de exportação.	Brasil em ação (PPA 1996-1999). Avança Brasil (PPA 2000-2003). Eixos nacionais de integração e desenvolvimento. Hidrovias Araguaia-Tocantins e Madeira (e possivelmente Teles-Pires/Tapajós). Ferrovia Norte Sul, Gasoduto do Urucu. Hidrelétricas.

Fonte: Carvalho, 2001

A Amazônia de hoje encontra-se em pleno processo de ocupação e vai se sobrepondo rapidamente à Amazônia tradicional do extrativismo e isso implica a devastação da floresta, o extermínio das últimas nações indígenas e a disputa pela

terra. Por conta desses conflitos, muitos personagens foram forjados pelas disputas, em geral pela posse e domínio das terras, no território amazônico. É perfeitamente compreensível que com o passar do tempo a nomenclatura de alguns desses personagens tenham sido modificadas. Portela e Oliveira (1994) nomeiam e levantam a funcionalidade de cada um deles.

- a) *Grileiros: são pessoas que se apoderam ilicitamente de grandes extensões de terra, através da obtenção de títulos falsificados;*
- b) *Posseiros: são agricultores que cultivam pequenas parcelas de terra. Não possuem títulos de propriedade, dispendo apenas da posse da terra. Trabalham geralmente em base familiar, ou às vezes coletiva, com outras famílias de posseiros produzindo para o próprio consumo e para a venda;*
- c) *Empresários: são pessoas ricas ou empresas que adquirem enorme extensões de terra a Amazônia, munidos de títulos de propriedade duvidosos. Eles surgiram a partir de incentivos fiscais concedidos pela Sudam para a implantação de projetos agropecuários;*
- d) *Jagunços: são “pistoleiros” ou “seguranças” contratados por grileiros, empreiteiros ou empresários para patrulhar as suas terras e expulsar delas os posseiros;*
- e) *Empreiteiros: também são conhecidos por “gatos”, são os indivíduos que trabalham no agenciamento de trabalhadores ou peões;*
- f) *Peões: trabalhadores de projetos agropecuários, os peões realizam atividades como derrubar a mata, plantar capim etc. São contratados ou agenciados pelos gatos por baixos salários e em geral sem registro em carteira de trabalho;*
- g) *Colonos: são pequenos agricultores ou trabalhadores de certos projetos agropecuários;*

h) *Indígenas: Sociedades ou povos pré-colombianos são o elo mais frágil na estrutura de ocupação da Amazônia. Constantemente expulsos das terras que habitam, eles são exterminados ou obrigados a se confirmar em “reservas especiais” que são muito mal preparadas pelo governo. (PORTELA e OLIVEIRA, 1994, p. 15).*

Os personagens e suas respectivas características coexistem no território amazônico em situações e contextos diversos. Isso ocorre de acordo com Oliveira e Portela (1994), por duas imagens da Amazônia, sendo que ambas convivem e representam a realidade dessa imensa região:

1. *A Amazônia Natureza - isto é a grande influência dos elementos naturais, especialmente a vegetação e os rios;*
2. *A Amazônia como recurso econômico - ou seja, como área que vem sendo ocupada intensivamente por atividades que devastam a mata, exterminam a fauna, expulsam e eliminam as populações indígenas, acarretam violentos conflitos sociais pela posse da terra etc. (OLIVEIRA e PORTELA (1994, p.28).*

A atual transformação da Amazônia – provocada pela intensificação do povoamento da região e o natural surgimento de vilas e cidades, pela abertura de estradas, pelos projetos agropecuários e de extração mineral – tem se caracterizado pelos conflitos e pela violência. Violência contra a fauna e a flora, contra os indígenas e pela posse da terra.

A forma de ocupação se acelerou de 1970 em diante devido aos volumosos investimentos de capitais (às vezes estrangeiros) em projetos de extração de minérios, madeiras e de natureza agropecuária. Na concepção de Portela e Oliveira (1994), a exploração dessas riquezas sempre foi com vistas conforme aos interesses externos. O que se comprova pelas principais características da ocupação:

- *escoamento das principais riquezas para o mercado externo;*
- *fortes ligações com o capital estrangeiro;*

- superexploração da força de trabalho.

A partir da ditadura militar (1964), que encaravam essa imensa região como espaço a ser ocupado por razões estratégicas foram aceleradas construções para dotar a região de infraestrutura necessária a acomodar uma ocupação econômica e demográfica de maior envergadura. Para a região vieram empresas estrangeiras, provenientes dos EUA, Alemanha e Japão entre outras. Cria-se a SUDAM (1966) e é implantado o Projeto Grande Carajás - com um custo total de cerca de 62 bilhões de dólares e intensificação da extração de nossos recursos minerais. A disputa pela posse da terra se intensifica dado à implantação de projetos agropecuários. Na época a área geográfica conhecida como “Bico do Papagaio”, que compreende o Sul e o Sudeste do Pará, o Norte do Tocantins e o Sudoeste e Sul do Maranhão “explodiu” em conflitos. Assassinatos por causa da disputa de terras, coincidentemente a área contou com o maior número de projetos agropecuários implantados, financiados pelos incentivos fiscais da Sudam. (PORTELA e OLIVEIRA, 1994, p.30-1).

Os conflitos pela posse da terra colocaram em choque dois regimes de propriedade distintos e opostos: a) a propriedade capitalista; (no regime capitalista de propriedade o objetivo é obter lucros, portanto a terra é um meio de negócio) e; b) a propriedade comunal e a familiar. (a terra é encarada como um bem coletivo, a terra não é um negócio e sim um meio de trabalho). A tendência da grande propriedade empresarial é a destruição ou a aproveitamento das outras formas de propriedade. Daí advém o choque e a violência, características marcantes e essenciais para se entender a atual ocupação da Amazônia. (PORTELA e OLIVEIRA, 1994, p.31-2).

Com relação ao bioma Cerrado, dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente, resultado do programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros para o Cerrado mostram que a taxa anual de derrubada, que era de 14.179 mil Km² entre 2002 e 2008, caiu para 7.637 mil km² entre 2008 e 2009. Mas, em números absolutos, entre 2002 e 2009, as áreas desmatadas subiram de 43,6% para 48,2%.

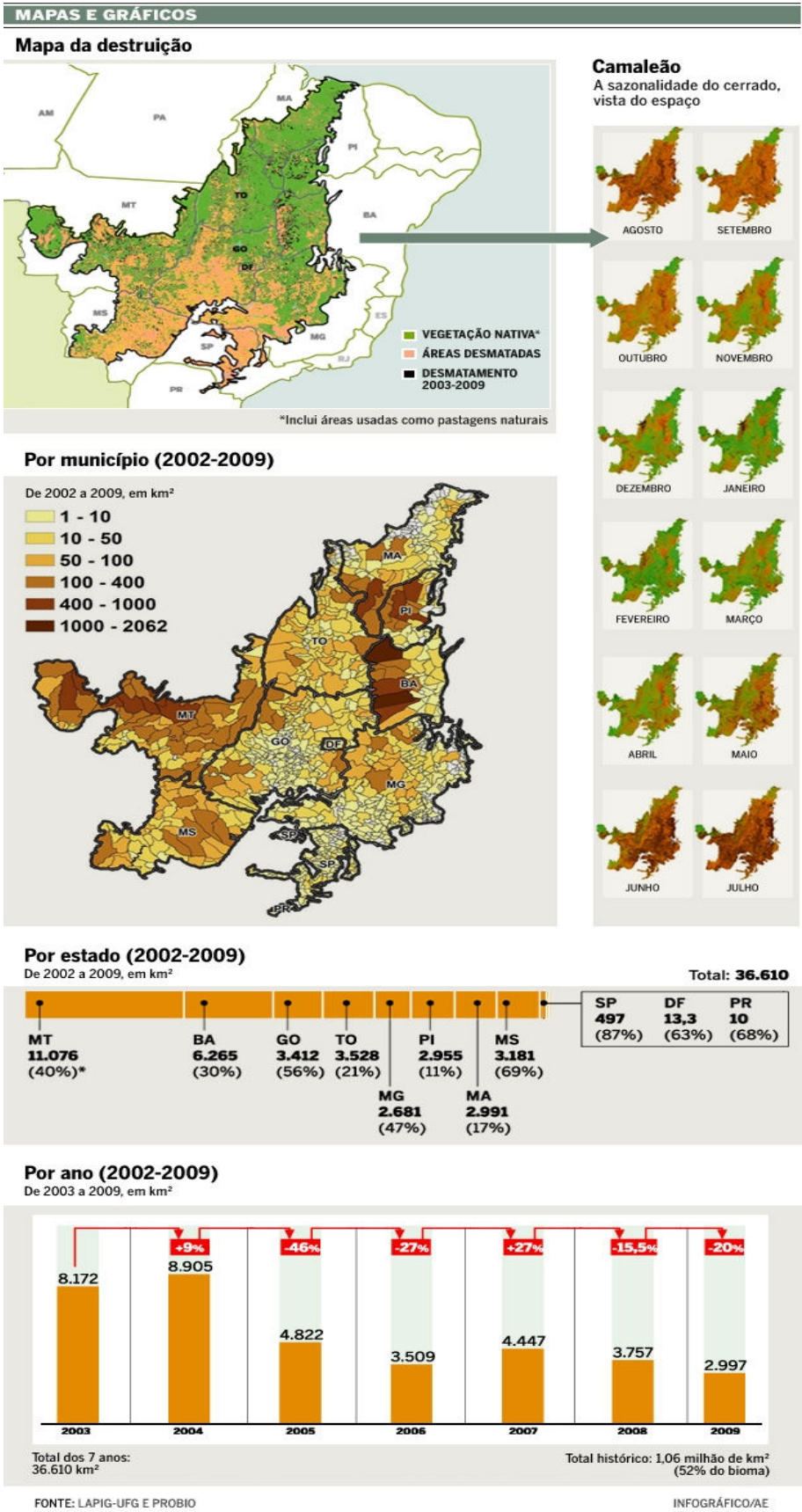


Figura 10: Cerrado: mapas e gráficos da destruição. Fonte: estado.com, 2009.

Da área total do Cerrado - que é de 2.039.386 km² - foram desmatados 85.047 km². O desmatamento no Cerrado se concentra nos Estados de Maranhão, Tocantins e Bahia (oeste). Os estados que mais desmataram, segundo o MMA, foram Maranhão (com 2.338 km²), Tocantins (com 1.311 km²) e Bahia (com 1000 km²). O que menos desmatou foi Rondônia, que retirou menos de 1 km² de vegetação nativa. Nos mapas e gráficos da figura 10, pode-se perfeitamente observar a evolução em apenas sete anos de análise o poder de destruição. Inclusive esse processo mostra justamente o Maranhão com um dos mais altos índices de desmatamento, em função justamente das monoculturas, pelo agronegócio que tem se elevado.

Foi com base nesse processo de ocupação que questões ligadas sobretudo, aos conflitos de terra que a Amazônia maranhense se configura como região estratégica para os “grandes” projetos e terreno fértil para a agroindústria. Sem contar que na região a pecuária já tinha um grandioso volume de cabeças de gado e área extensiva para o a criação de gado de corte e leiteiro. Não obstante as grandes questões fundiárias envolviam fazendeiros (a União Democrática Ruralista, teve grande atuação na região) e trabalhadores rurais (que contavam e contam com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado à Igreja Católica). A seguir faremos uma síntese dos processos de apropriação do cerrado maranhense, que envolve alguns aportes logísticos e “grandes” projetos agropecuários e de infraestrutura.

2. 2 A monocultura da soja

Nos anos 1970, houve uma migração em massa dos sulistas, em especial por agricultores gaúchos para a região conhecida por “Gerais de Balsas”, no sul do estado, movidos pelo baixo valor da terra, com chapadas regulares (diga-se cerrado), com vários rios e riachos. E em pouco tempo, com o uso de lavouras mecanizadas transformam essa região numa dos maiores produtoras de soja do Brasil, tanto que a partir de 1992 passam a exportar soja para o exterior, através do Corredor de Exportação Norte, numa logística privilegiada, que inclui um pátio multimodal, via Norte-Sul – Ferrovia Carajás – Porto de Itaqui no extremo norte no Oceano Atlântico. A região é a segunda maior produtora de produtos agrícolas do Nordeste. A cidade de Balsas na região cresce em média patamares que beiram os 9% ao ano e é conhecida como a “capital da soja”. A região constitui-se na área de

maior ritmo de crescimento econômico na área agroindustrial do interior maranhense, apoiado na maior área de cerrado do Estado, onde a soja é o destaque principal. Em relação à Norte-Sul, seus objetivos vão além de integrar o Norte com o Sul, é na realidade um empreendimento indutor da ocupação econômica do Cerrado brasileiro. A cobertura vegetal do cerrado foi substituída pelo plantio de soja, em especial. A lavoura mecanizada, não oferece oportunidades aos agricultores pequenos, causando com isso enormes impactos sócio-econômicos e conseqüentemente êxodo rural.

2.3 Área de influência do Projeto Grande Carajás

Nos anos de 1980, entra em cena o Grande projeto Carajás, no Pará, alavancado pela Companhia Vale do Rio Doce, cuja exploração de minérios, com destaque para o minério de ferro e seus derivados, tem a precípua finalidade de exportar para o mercado externo. Com a construção da Ferrovia Carajás – principal via de escoamento da produção mineral entra no cenário como pólo de desenvolvimento Industrial e econômico, a cidade de Açailândia, no sudoeste maranhense às margens da Belém-Brasília, passando a integrar o chamado “ciclo do ferro”. A cidade tem a linha férrea passando bem próxima e conta também com uma estação ferroviária para o transporte de passageiros e cargas. A cidade possui um parque siderúrgico, contendo cinco grandes empresas no beneficiamento do ferro-gusa, principal produto de exportação. Em média essas empresas exportam US\$ 180 milhões/ano, correspondentes a 1.200.000 toneladas de ferro-gusa. A escolha de Açailândia não foi aleatória e sim estratégica, pois há uma área enorme de cerrado para plantação de Eucaliptos, ou de carvoarias em que madeiras nativas são torradas para alimentar gigantescos fornos para as respectivas guserias.

O Projeto Grande Carajás, com um custo total de cerca de 62 bilhões de dólares e intensificação da extração de nossos recursos minerais, intensificou a disputa pela posse da terra se intensifica dado a implantação de projetos agropecuários. O corredor de terras situado entre Marabá e São Luís teve sua degradação ligada ao estabelecimento da agropecuária, que respondeu por grande parte do desmatamento na área. A região sai de um patamar de “vocaçao mineral” para “vocaçao florestal” e o impacto foi enorme. As comunidades locais que viviam e vivem da floresta mais uma vez são ignoradas. E hoje, essa população vive à margem do processo de desenvolvimento que a descaracteriza e a destrói mento

que compromete a enorme diversidade de espécies da região. Então, com os projetos de mineração vieram as indústrias siderúrgicas e metalúrgicas, juntamente com as carvoarias. Paralelamente construiu-se uma estrada de ferro para transportar o minério para o porto da madeira, de São Luís (MA). Essa ferrovia e as atividades que se desenvolveram em pontos ao longo dos seus 890 quilômetros de extensão destruíram 50% da floresta tropical úmida da área. Nesse contexto, ressalta Helene (1996, p.60) “Os fornos para fundição do minério de ferro usam como fonte de carbono e energia o carvão vegetal produzido através da combustão anaeróbica (pobre em oxigênio) da madeira da floresta tropical úmida”. E tem mais,

As áreas mais degradadas dessa região localizam-se principalmente nos arredores de Marabá [PA] e Açailândia (MA). Essas cidades tornaram-se centros siderúrgicos e metalúrgicos que utilizam o carvão vegetal como fonte de energia e matéria-prima, motivando a destruição da floresta nativa num amplo raio em torno das fundições. Famílias recrutadas pelas indústrias a partir das levas de imigrantes cujas terras se esgotaram com a lavoura produzem cerca de 20 toneladas de carvão por mês em fornos de barro onde queimam a madeira. (HELENE, 1996, p.61).

O programa Carajás pretende produzir 2,5 milhões de toneladas por ano em 20 altos-fornos. Isso significa consumir anualmente cerca de 45 mil hectares de floresta tropical úmida, segundo Helene (1996, p.61). O que ainda podemos prever que há muita “lenha pra queimar.”

2.4 A agroindústria canavieira

Também no final dos anos de 1980, o então distrito da cidade de Porto Franco, Campestre do Maranhão, no sul do Maranhão, entra no circuito da indústria sucroalcooleira, com base no plantio de cana-de-açúcar em extensas áreas de terras, usando majoritariamente a colheita manual. A Maity Bioenergia passou a dominar o município de Campestre em todos os seus aspectos, e em geral se confunde com o próprio, dada a sua relação de poder, no campo das relações de trabalho. Desde a implantação da usina, ocorreu uma vertiginosa migração, não só da zona rural, mas, principalmente da zona urbana. O árduo trabalho no corte da cana e as poucas alternativas quanto ao trabalho no campo, ora ocupadas pela monocultura da cana, foram fatores deste cruel impacto social e econômico. As extensas áreas de terras ocupadas e muitos riachos são impactados por produtos tóxicos, numa total agressão à natureza. O êxodo rural foi muito acentuado devido a concentração de terras para a produção de cana de açúcar. A cidade de Aparecida

de Goiânia-GO é o destino de famílias inteiras que deixaram Campestre. Atualmente a região sul do Maranhão, no bioma cerrado possui quatro agroindústrias do setor sucroalcooleiro.

2.5 A hidrelétrica de Estreito

Em tempos atuais temos uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o Consórcio Estreito de Energia (CESTE), a Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) no majestoso Rio Tocantins, situada entre os municípios de Aguarnópolis-TO e Estreito-MA, com impactos mais profundos nas cidades de Carolina-MA, Babaçulândia-TO.

A usina é o maior projeto gerador de energia em curso no Brasil, o investimento é de cerca de R\$ bilhões na implantação, gerando em torno de 5.500 empregos. Mas, há os impactos, tanto ambientais como sócio econômicos. E segundo a Cartilha *Águas sem Barragens – Campanha Interestadual contra a implantação de barragens na bacia Araguaia-Tocantins (2002)*, a Usina atinge diretamente 1150 pessoas e indiretamente outras tantas, além de reservas naturais do cerrado. Esses números são muito maiores, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. A usina terá a formação de um lago de mais de 150 km de extensão, e afetará diretamente os municípios maranhenses de Carolina Estreito, entre outros municípios e suas populações. Levando-se em conta que populações são retiradas de suas terras, uma perda enorme da biodiversidade, por tudo isso e muito mais, as hidrelétricas demonstram que os recursos investidos são altos e seu retorno para as populações não é igual aos impactos. O autor da cartilha ressalta que:

O impacto provocado por projetos deste porte vão além das regiões rurais, pois a população que se dirige para trabalhar nas obras e os desalojados de suas para a construção das barragens tendem a ocupar as cidades próximas, formando favelas e suas misérias. Atrás da cortina de fumaça de falsas promessas de geração de emprego, renda e desenvolvimento regional, existe um projeto de integração da região do Bico do Papagaio ao mercado internacional, como uma área de produção de grãos e de produção de energia barata para as grandes indústrias de alumínio, destaque para o mercado norte-americano. (ALMEIDA, 2002, p. 11).

Os desdobramentos quanto a um empreendimento como esse são enorme, pior de tudo é que a parte afetada do território maranhense é área genuinamente de cerrado.



Figura 11: Localização da UHE. Fonte: www.cesta.com.br

Além do mais, neste projeto há uma gama de interesses financeiros, em relação à sua construção e operacionalização, visto que para as grandes empresas construtoras, construir barragens virou um negócio extremamente lucrativo. Em 12 de julho de 2002, as empresas Suez Energy South America Participações Ltda., Vale, Alcoa Alumínio S. A., BHP Billiton Metais e Camargo Correa Energia S.A. se consagraram vencedoras da licitação para concessão de uso de bem público para exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito – AHE Estreito, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A UHE encontra-se em estágio avançado de construção, e tem previsão para entrar em operação no segundo semestre de 2010, com uma produção estimada de 1087 MW.

Os focos de tensões são latentes, constantemente temos manifestações contras esse empreendimento, numa rápida visita que fizemos ao canteiro de obras, pôde-se verificar isso. Acampamentos de atingidos, próximo à construção da barragem em protesto à falta de indenizações, passeatas e protestos pelas ruas de Estreito. Na conversa que tivemos com algumas pessoas observamos os impactos

de todas as dimensões a cidade triplicou o número de habitantes, violência e falta de estrutura são a marca em evidência. Casas sofrem rachaduras, pelo impacto das explosões por dinamites no canteiro de obras, etc.

Numa rápida incursão a esses empreendimentos e projetos de desenvolvimento, verificamos que o território do cerrado maranhense pré-amazônico encontra-se em verdadeiro estado de ebulição. O contraste é perverso, de um lado são exploradas as riquezas naturais o povo é “expulso” de suas terras e, por outro lado grandes grupos enriquecem e mandam para fora toda a produção em grãos e demais produtos e deixam impactos ambientais com limites quase que irreversíveis. Este é o retrato de um crime que precisa ser denunciado e enfrentado.

2.6 Aportes logísticos como estratégia extensiva para a viabilização da ocupação

O perfil estratégico dessa região começa a se desenhar nos anos de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília, num projeto do então Presidente Juscelino Kubitschek, desejoso de integrar o Norte ao sul. Com isso, vários municípios ao longo da rodovia foram se formando e as terras sendo valorizadas pelo fator da circulação das mercadorias. Conforme Becker:

A construção da Belém-Brasília deu lugar ao ciclo da pecuária/exploração de madeira/desflorestamento, acompanhamento de rápida apropriação de terras e violentos conflitos entre posseiros, fazendeiros e demais atores sociais. Nas áreas abrangidas por este ciclo, as estratégias de desenvolvimento contemplam: a previsão do crescimento da produção de grãos nas áreas de cerrado e/ou campo, ou em áreas já desmatadas, e com grandes unidades ecológicas presentes no Tocantins e Maranhão e manchas no Pará, no Amazonas e em Roraima. E a expansão da agricultura capitalizada no cerrado. (BECKER, 2007, p. 137).

O que se pode atestar essa evolução pelo que se vê em função do que já foi escrito até aqui. Nesses aportes logísticos temos a Estrada de Ferro Carajás (1986) com os trens de minério e cargas, saindo da mina de ferro em Parauapebas (PA), indo até o Porto da Ponta da Madeira, no litoral em São Luís (MA), para seu descarregamento em navios cargueiros. Outro importante aporte logístico é a Ferrovia Norte Sul, operada pela Valec desde sua inauguração, em 1996, a Ferrovia Norte Sul (FNS) teve sua construção iniciada na década de 80, pela Valec (empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes). Em 2007, a Vale adquiriu a sub-concessão da ferrovia.

Atualmente, a FNS, que compreende um total de 720 km de linha férrea, abrange um trecho de 200 quilômetros entre Açailândia e Porto Franco, Maranhão. Este trecho de 200 quilômetros é mais conhecido como corredor de exportação da soja, na parte Sul do Maranhão. Que em Açailândia se integra a Estrada de Ferro Carajás, a ferrovia apresenta-se como um importante corredor de exportação para a carga geral (grãos, açúcar, carne, fertilizantes e combustíveis) das regiões do Centro-Norte brasileiro.



Figura 12: Amazônia Legal: logística de transportes – 2006. Fonte: BECKER & STENNO, p. 86.

O crescente transporte de cargas pela FNS (somente no ano de 2009 foram mais de 1,6 milhões de toneladas) tem perspectiva de se manter em ritmo próximo a 20%. A previsão é atingir o volume de 12,6 milhões em 2015. As cargas transportadas pela Ferrovia Norte Sul seguem percurso pela Estrada de Ferro Carajás até chegar a São Luís, com destino final ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e o Porto do Itaqui em São Luís (Maranhão). O corredor de transporte, que

surgirá com a conclusão da FNS, compreenderá os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, sul do Pará e nordeste do Mato Grosso.



Figura 12: Vista área do Porto de Itaqui em São Luís-MA. Fonte: revistaportuaria.com. br

O corredor de exportação Araguaia-Tocantins, classificado como Eixo do Centro-Oeste, refere-se à Amazônia oriental como Becker (2007, p.134), atesta “envolve as hidrovias do Araguaia e do Tocantins; ferrovia Carajás e Norte-Sul e o complexo portuário de São Luís (como fator de integração intermodal entre os sistemas do Centro-Oeste e do Norte.” Com isso permite o escoamento da produção agropecuária e agroindustrial dos cerrados e minero-metalúrgica da Amazônia oriental através do porto de Itaqui no litoral.

CAPÍTULO 3 – A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM SUAS DIMENSÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS EM CAMPESTRE-MA

3.1 Perfil histórico de Campestre: vocação para a gricultura familiar

O município de Campestre do Maranhão é atravessado ao meio pela rodovia Belém-Brasília, por ele passa o Rio Tocantins e a Ferrovia Norte Sul. Possui pelos dados do IBGE (2007), depois que foi criado, pela Lei Nº 6.143, de 10 de novembro de 1994, uma área de 615,38 Km² e uma população de 12.716 habitantes e sua área encontra-se totalmente no Bioma Cerrado. Limita-se ao Norte com o município de Ribamar Fiquene; ao Sul com o município Porto Franco; a Leste com o município de Lajeado Novo; a Oeste com o Estado do Tocantins. Dista 722 km da capital São Luís do Maranhão.

Sua área é quase que cercada de um quadrilátero fluvial, pois se estende do rio Lajeado ao riacho Natividade e, do riacho Água boa ao rio Tocantins. Ganhou autonomia política e administrativa a partir de 01/01/1997, antes era distrito do município de Porto Franco. Sua área corresponde a uma interface entre o cerrado e a floresta. Nos anos 1950 era densa mata (baixadas verdejantes), com destaque para os babaçuais. Já foi chamado outrora de “Retiro” - um seguro com abundancia de água para salvar o gado, visto que era rota dos caminhos do gado. Esta região teve como ocupação pioneira de colonização a frente agropastoril. O gado foi uma das primeiras atividades comerciais, mais do que isso foi inserido na cultura dos habitantes pioneiros e dele aproveitava-se quase tudo.

Tabela 2 - Dados básicos de Campestre - 2008

Bioma	Cerrado
Área	615,38 km ²
População	12.716 hab.
PIB	Agro.: 27.254 Ind.: 18.645 Serv.: 23.411

Fonte: IBGE, 2008. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidad>

Com relação aos dados apresentados na tabela 2, alguns fatores chamam a atenção e merecem um esclarecimento. A evolução populacional de Campestre de 2000 a 2007, que mesmo com um aumento populacional considerável na região em todos os municípios se mantém quase que inalterada. Há um enorme contingente de pessoas de Campestre que migraram para o Centro-Sul. Com a diminuição de terras para a agricultura e o monopólio da Agroindústria “dando as cartas” na questão de emprego e renda houve uma debandada. Em Goiânia, mais precisamente o município de Aparecida de Goiânia há uma geração de famílias, alguns membros responderam ao questionário formulado para este estudo. E mesmo por que há diversas famílias de município próximos, que passam a residir na sede do município no período da safra, quando os homens estão fichados na Maity.

Tabela 3 - Lavoura temporária - cana-de-açúcar - 2006 em Campestre

Número de estabelecimentos	6 unidades
Quantidade produzida	637.876
Valor da produção	24.765 mil reais

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Outro ponto a ser ressaltado é o do PIB, proveniente da indústria, bastante elevado em se considerando o perfil do município. O que acaba por ser um dado quase que exclusivo de uma única indústria, a agroindústria Maity.



Figura 13: Plantação de cana de açúcar em Campestre, Fonte: Cutrim, 2009.

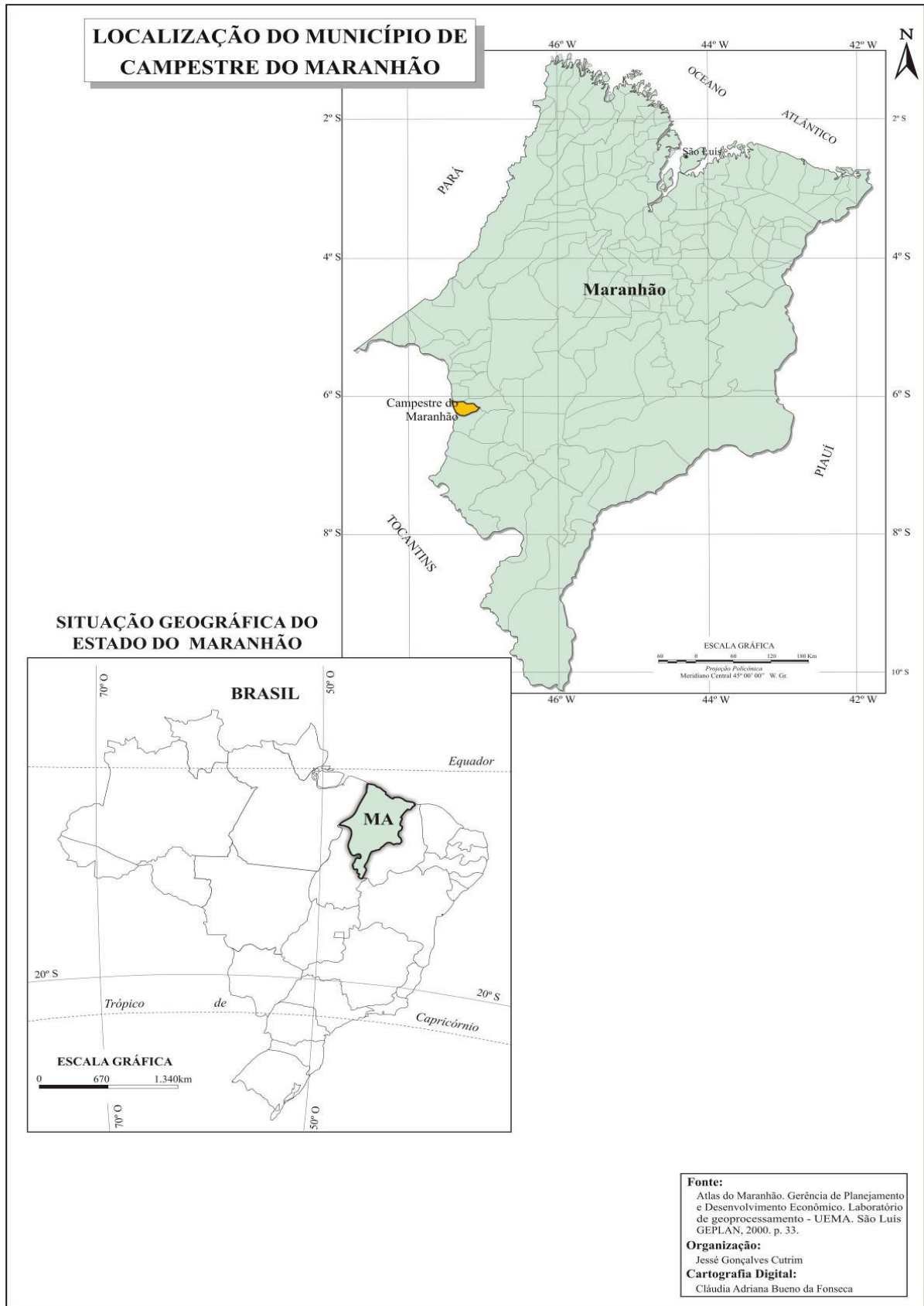


Figura 14: Localização do município de Campestre do Maranhão. Fonte: Atlas do Maranhão, 2000.

A amêndoa do coco babaçu vem em seguida e com uma singularidade – o extrativismo, pelas mãos das quebradeiras de coco, segmento social dos mais importantes em se tratando de território maranhense. É fato que Campestre nasceu em função da exploração do coco babaçu. Na década de 1950. Barcos a motores partiam, pelo Rio Tocantins carregados de coco do porto do município de Porto Franco-MA (município do qual Campestre foi Distrito até 1996), entre outros municípios da região, com destino a Belém do Pará. De onde também se compravam mercadorias outra.

No entanto, o “destaque” que é dado ao município de Campestre é pelo fato de ter instalado em sua área rural a Maity bioenergia S/A, agroindústria canavieira desde meados de 1985. Uma empresa do agronegócio que segundo dados do próprio site na internet, geram em torno de 2.000 empregos diretos e cerca de 10.000 indiretos, e que possui área plantada de 12.000 hectares de cana de açúcar. Possui uma capacidade instalada de moagem para 800.000 ton./ano com produção estimada em 2 milhões de M³ de etanol e 2,5 milhões de sacas de açúcar. E que trás inúmeros paradoxos no âmbito do desenvolvimento regional sustentável, apesar de defender tal premissa. O que acaba pesando nas relações socioeconômicas e ambientais é a sua produtividade e relação de poder na região e especialmente no município de Campestre.

Tabela 4 - Lavoura Temporária – cana-de-açúcar - 2008, em Campestre

Quantidade produzida	448.490 toneladas
Valor da produção	18.388 mil reais
Área plantada	6. 407 hectares
Área colhida	6. 407 hectares
Rendimento médio	70.000 quilogramas p/ hectares

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

O município de Campestre sempre teve na agricultura sua base de produção, milho, arroz e feijão (produzido por pequenos produtores e grandes produtores, por meio da agricultura mecanizada, em terras excelentes para o cultivo. O plantio e a colheita de arroz utilizam a tecnologia da agricultura mecanizada. Além da agropecuária (com produção voltada para a produção de leite e corte), são os principais vetores do desenvolvimento econômico de Campestre do Maranhão.

Mas, o carro-chefe de sua economia é a cultura da cana-de-açúcar que começou a se desenvolver na cidade a partir da implantação da então Destilaria Cayman, que industrializa álcool e açúcar em escala comercial. Na área rural do município de Campestre funciona a unidade industrial na Rodovia BR 010 (Belém-Brasília).

O então prefeito José Teixeira de Miranda, em seu segundo mandato em meados dos anos de 2005 reconhecia, obviamente que “A indústria [Cayman] representa uma grande potência econômica para o município”, e acrescentava que o plantio é feito numa área superior a 5 mil hectares em terras arrendadas, gerando mais de mil empregos e renda com a colheita manual e colaborando para o fortalecimento da economia. José Teixeira de Miranda foi funcionário por muitos anos arregimentando trabalhadores para a agroindústria canavieira. Ganhou notoriedade justamente por isso, e quando Campestre ganhou autonomia político-administrativa o mesmo fora eleito seu primeiro prefeito se reelegendo quatro anos depois.

Esses pontos observados servem para se ter uma noção do quanto a questão que envolve o poder da agroindústria canavieira instalada no município por 25 anos é referenciada. Seu poder é tão grande que a empresa serve para referenciar o município, apesar de uma política e um planejamento efetivo para o desenvolvimento regional.

3.2 Estrutura e produtividade da agroindústria Maity Bioenergia

Neste subtítulo, alertamos para o fato de que, o que se expressa é o discurso da empresa, as suas considerações sobre sua relação socioambiental e econômica com o município de Campestre. Com dados provenientes do seu site a agroindústria Maity Bioenergia S/A, acolhe teoricamente para si “a visão de empreender um pólo agroindustrial na região que sirva como referência e inspiração para todo o Estado⁹.” Tendo como missão “o compromisso de produzir um açúcar puro e saudável, além da responsabilidade com o cultivo e conservação dos processos naturais da sua matéria prima¹⁰”. Suas crenças e valores se pautam nas raízes. Sempre respeitar esse conceito, preocupação ambiental e desenvolvimento sustentável e o patrimônio

⁹ Visão da empresa expresso no seu endereço eletrônico, disponível em: www.maity.com.br.

¹⁰ Idem.

humano como o fator-chave de sucesso da empresa formam o tripé de sustentação do projeto. Seu slogan: “Energia que alimenta e movimenta.”¹¹ O atual nome da empresa é Inspirado no idioma Carajás (Maity = cana-de-açúcar), a intenção é o resgate de valores do passado associados ao que há de mais moderno no presente: a bioenergia, energia que alimenta e movimenta. A companhia diz adotar hoje, um sistema de gestão alicerçado nas mais modernas ferramentas de gestão existente no mercado.

Pautada na organização e na transparência, conta com Sistemas de informática integrados que permitem monitorar os processos e geram informações gerenciais que são balizados por indicadores de desempenho que conduzem a produtividade aos mais altos padrões da atividade sucroalcooleira do país. Todo o grupo de colaboradores é submetido anualmente a treinamentos de atualização operacional e capacitação gerencial de forma a termos todos os nossos recursos tecnologicamente inovados e atualizados.¹²

Os padrões de excelência são implantados pela empresa que busca nivelar sua produtividade em nível de Brasil que têm na qualificação profissional seu grande esteio. Porém, o nível de consciência e politização de seus funcionários, está aquém de um nivelamento do Centro-Sul, tanto pelo tempo de maturidade como de oportunidades. Em geral a manutenção de um empregado se dá mais pela base familiar do que pelo que a empresa oferece e oportuniza.

Por sua eficiência produtiva e conceito gerencial a Maity traduzida em números, se revela como potência, do ponto de vista quantitativo. Segundo informações oriundas do seu sítio na internet, ela gera em torno de 2.000 empregos diretos e cerca de 10.000 indiretos, possui hoje, uma área plantada de 12.000 hectares de cana de açúcar, mas prevê uma expansão, devendo alcançar a marca de 25.000 hectares nas próximas safras. Tem hoje uma capacidade instalada de moagem para 800.000 Ton/ano com produção estimada em 2 milhões de M³ de etanol e 2,5 milhões de sacas de açúcar. A idealização desse grandioso projeto em meados da década de 1980 deveu-se em parte ao

Engenheiro agrônomo Antonio Celso Izar, com uma visão empreendedora, enxerga o imenso potencial da região Tocantina e lidera a implantação, no sudoeste do Estado do Maranhão, de uma empresa produtora de açúcar e álcool. Tem como meta a produção de dois milhões de toneladas de cana

¹¹ Idem.

¹² Idem.

por ano. Parte dessa produção virá da parceria com produtores locais - diversificando as atividades numa região de áreas degradadas e com um modelo econômico esgotado -, melhorando a rentabilidade dos negócios e incrementando o emprego e a renda na região.¹³

Os números expressos e as perspectivas da companhia são ambiciosos e falam por si só. A agroindústria revela ter uma gestão responsável: “Será o nosso canal para mostrar o nosso trato com os colaboradores, nossa relação com comunidade local e a sustentabilidade ambiental com a qual produzimos.”¹⁴ É adiantam: “o momento para apresentar nossa Política de Pessoal, nosso apoio a Creche da Cabeceira, ao Projeto Dom Marcelino. Nossas reservas e nossa preocupação com o meio ambiente.”¹⁵

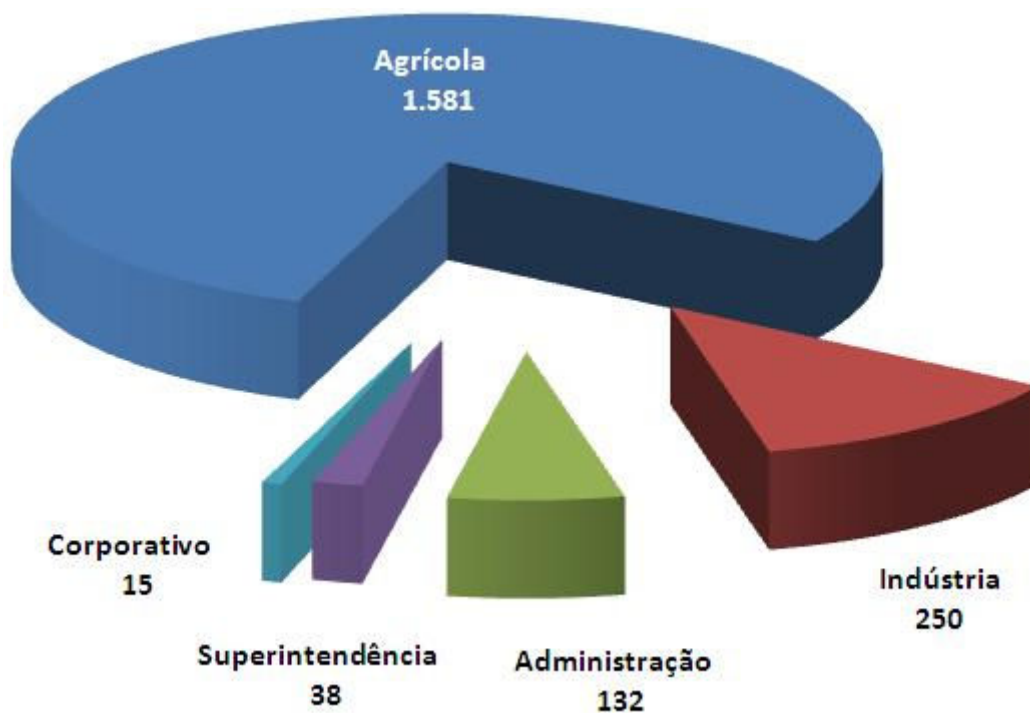


Figura 15: Gráfico dos números da empregabilidade da Maity Bioenergia, 2010. Fonte: <http://www.maity.com.br>.

Em relação a sua área cultivada, a Maity possui hoje, uma área plantada de 12.000 hectares de cana de açúcar, mas prevê uma expansão, devendo alcançar a marca de 25.000 hectares nas próximas safras. Tem hoje uma capacidade instalada de moagem para 800.000 Ton/ano com produção estimada em 2 milhões de M³ de

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

etanol e 2,5 milhões de sacas de açúcar. Aqui o que assusta é justamente o aumento considerável das metas de expansão para a área destinada ao plantio da cana. Que pode ter áreas naturais ainda mais desmatadas e com isso, perdendo consideravelmente parte da biodiversidade do bioma Cerrado. E agravar ainda mais as condições dos produtores familiares, que ficarão mais cercados pelo verde dos canaviais.

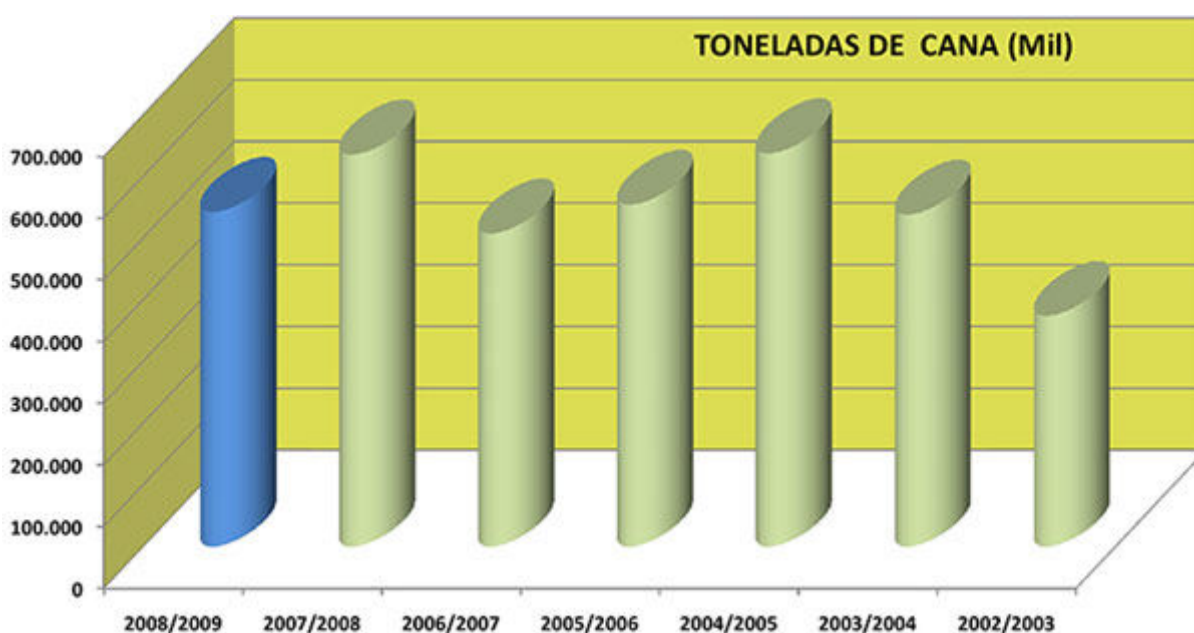


Figura 16: Gráfico da moagem de cana pela Maity Bioenergia, 2010. Fonte: <http://www.maity.com.br>

Os dados da moagem de cana vão do período de 2002/2003 a 2008/2009 e mostra uma evolução ou se não mantém uma estabilidade dentro dos padrões estabelecidos. O que em se tratando de um município com área e produção em sua quase totalidade proveniente da agricultura com produtos primários é muito. Mesmo considerando que há plantio de cana em outros municípios da região, Porto Franco, Lajeado, Montes Altos e Ribamar Fiquene, aliás, todos eles com perfis eminentemente voltados para a produção agrícola e comércio varejista. Dois deles (Porto Franco e Montes Altos) têm autonomia político administrativa desde há muito e, mesmo estando numa área geopolítica importantíssima não passam de municípios incipientes dentro de um padrão econômico. Os outros dois (Lajeado e Ribamar Fiquene), foram instalados em 1997 e são eminentemente agrários.

O Estado, como um todo, tem vocação para as atividades do campo, dados do IBGE (1996) comprovam que 52,6% de sua população sobrevive da agricultura e da pecuária. Mesmo com dados antigos, a questão agrária no Maranhão, por isso mesmo, sempre representou a história dos confrontos entre trabalhadores rurais (tidos como atrasados e fadados ao desaparecimento) e os ascendentes agentes sociais, representantes da modernidade e do desenvolvimento, afinados com os novos paradigmas do progresso, apregoados corriqueiramente pela tecnocracia estatal, como empreendedores.

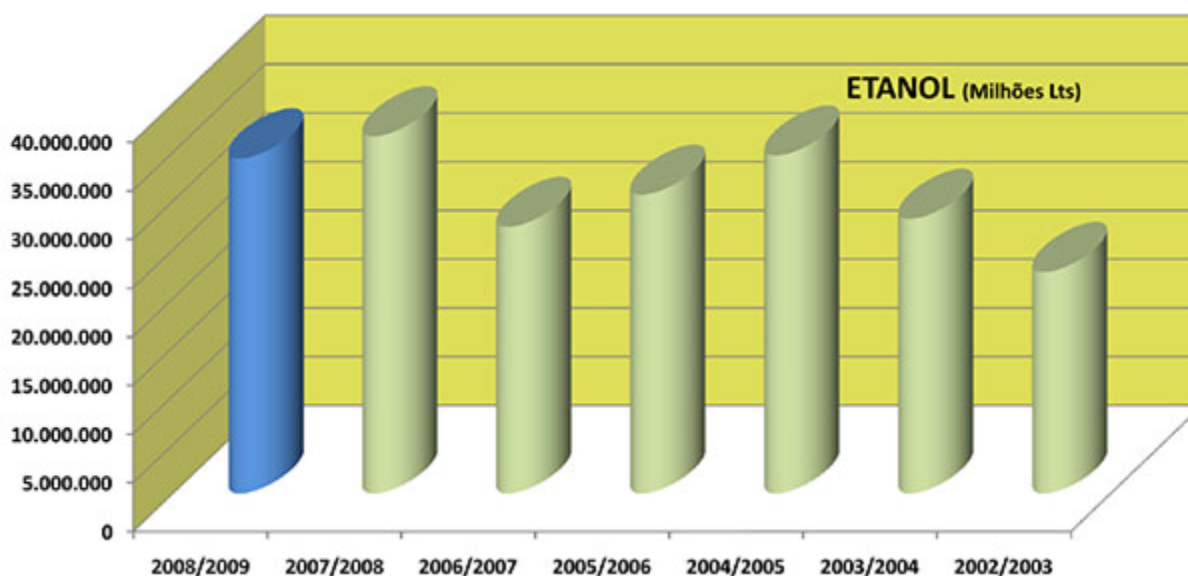


Figura 17: Gráfico da produção de álcool etanol pela Maity Bioenergia, 2010. Fonte: <http://www.maity.com.br>

A produção de álcool etanol vem também numa crescente e pela perspectiva do setor no Brasil e no Mundo a produção vai seguir tendo aumento na produção. Em termos de produtividade e de potencial agroindustrial a Maity realiza magistralmente seu papel, como empresa capitalista produtivista. No entanto, o que nos interessa nesse trabalho é verificar como isso acontece e, como a empresa lida com os aspectos socioeconômicos e ambientais, numa interação direta e indireta com a sociedade e a natureza.

3.3 A Maity e a relação socioambiental

Aqui novamente opta-se metodologicamente para apresentar as versões da empresa, seu discurso, para depois ter-se uma contrapartida em relação aos dados

fornecidos por integrantes da comunidade em questionário. Neste tópico termos como ponto de partida e base para análise as informações fornecidas pelo site da empresa. Por uma entrevista dada por seu diretor presidente, Celso Izar ao canal de TV da cidade de Imperatriz (Telejornal dos municípios - TV Capital, canal 5. Apresentador/entrevistador: José Filho, edição de 29 jun. 2010), e por questionário respondido sob nossa responsabilidade (questões em anexo). Concomitantemente faremos uma análise sobre o marketing institucional da empresa, expressos em seu site. Os dados são todos positivos a favor da empresa, o que não quer dizer que se ressalta isso como sendo a realidade concreta, no entanto, colocamos o lado da verdade sob o ponto de vista da empresa.

Sobre responsabilidade Ambiental, a Maity, assegura que a cana “ocupa posição privilegiada em razão de seu balanço energético positivo.”¹⁶ Segundo diz é a energia alternativa mais eficaz do mundo. Na sua relação de produção com o aspecto ambiental no quesito agrícola a empresa relata em seu site que

O solo é muito bem protegido dentro de um eficaz programa de microbacias. Os resíduos industriais são reaproveitados e aplicados na lavoura como adubo orgânico. O bagaço é queimado nas caldeiras e transformado em vapor para a geração de energia elétrica que alimenta a indústria sem poluir o meio ambiente. A vinhaça, resíduo industrial da fabricação do álcool, é depositada em grandes lagoas e volta ao campo aplicada na forma de ferti-irrigação. Ser um empreendimento ambientalmente sustentável é uma real preocupação da Maity, que mantém a maior reserva florestal entre todas as unidades da indústria canavieira do Brasil, cerca de 50% da sua área. A atividade é uma importante seqüestradora de carbono, com uma relação de um para seis.¹⁷

Outro aspecto ambiental destacado pela empresa é a de que uma de “suas maiores riquezas são as suas florestas, seus rios, suas matas ciliares e mananciais.”¹⁸ E ressalta que a empresa mantém “um viveiro que produz 80.000 mudas de espécies nativas, que são destinadas ao reflorestamento de áreas degradadas ou doadas a outras instituições.”¹⁹. Além dos investimentos em cultura permanentes como é o caso do Dendê, Seringueiras e um Projeto Experimental de Teca.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem.



Figura 18: Área parcial da usina da Maity. Fonte: <http://www.maity.com.br>, 2010

Na parte da responsabilidade Social, a Maity, conforme relato de seu site a empresa se firma tendo “o patrimônio humano como um dos componentes do seu fator de sucesso a empresa investe nos seus colaboradores e se preocupa também com a comunidade próxima, fazendo da responsabilidade social uma realidade cotidiana.”²⁰ Dar apoio a Creches locais, iniciativas que visam o futuro dos jovens como a Escola de Informática Dom Marcelino. Promove eventos em parceria com outras instituições como o "Dia do Dente" levando até a comunidade a saúde bucal. Há também o apoio à formação acadêmica (apoio à graduação) e ao jovem aprendiz. No qual a finalidade é

Apresentar as atividades da área agrícola, mencionando a renovo como braço agrícola em nossa cadeia produtiva. O modelo de gestão, a pesquisa de variedades, as novas culturas e o trato ambiental, considerando a tendência de o público alvo ter conhecimento relativo da atividade.²¹

Como também “apresentar as atividades da área fabril, veiculando informações sobre o Processo de Fabricação do Açúcar e Álcool os subprodutos gerados e o destino dos dejetos. No seu site a empresa ostenta o selo uma logomarca com os dizeres “Empresa amiga do meio ambiente.”²²

Mesmo com todas essas premissas que a empresa se pauta por sustentabilidade socioambiental há os percalços. A preocupação da direção da

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

empresa com a migração de trabalhadores maranhenses especializados para os estados vizinhos. Segundo a direção,

O Goiás, que já abriu mais de 40 indústrias deste segmento, é um dos estados que mais têm atraído esses técnicos e como sempre quem está chegando ao mercado apresenta melhores propostas salariais, fica difícil segurá-los aqui.²³ (IZAR, 2010, entrevista).

Daí porque apela para que “universidades, escolas técnicas e até mesmo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) capacitem pessoas para essa atividade, até porque é um mercado em plena ascensão e que pode oferecer novas oportunidades de trabalho.”²⁴

Na entrevista o diretor ressaltou que “a Maity é pioneira nessa fronteira, na capacitação de pessoas do lugar. Com o projeto Maity temos a capacidade de formar pessoas, todos os profissionais que entraram na empresa, metade é homem e metade é mulher.”²⁵ Elogiou o projeto “filho de peixe peixinho é”, onde os filhos dos funcionários serão ajudados na sua formação. Demonstrou que sua preocupação é com o “crac” na cana. “O processo seletivo para que um jovem aprendiz trabalhe e estude em escola técnica. Estamos criando uma mentalidade: para trabalhar tem que estudar. A perspectiva é de que o corte de cana vai acabar.”²⁶

Compreende que a Região Tocantina é imbatível, por ser o último pólo para a cana e têm 21 milhões de consumidores. Lógico que aqui é subentendido a relação com outros estados, entre eles o Tocantins e o Pará. Demonstrou convicção de que até 2012 pode ter uma produção de cerca de 1.200.000 toneladas. No Maranhão ao todo existem 4 usinas em funcionamento e apenas uma com capacidade plena (a Agroserra, no extremo sul do Maranhão, no bioma cerrado). O entrevistador faz uma indagação premente. “Por que a Maity prospera e o município de Campestre vive na miséria?”²⁷ Percebe-se a forma um tanto quanto “sem graça” do diretor sobre este questionamento. E diz que: “o município foi emancipado quase um tempo desses.”²⁸ E que “o município não tem uma gestão com secretários, no cuidar do meio

²² Idem.

²³ IZAR, A. Celso (2010), em entrevista a TV Capital, canal 5, Imperatriz.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

ambiente, no cuidar do emprego da capacitação e da saúde.”²⁹ Realmente uma resposta evasiva para uma responsabilidade compartilhada e por tanto tempo de atuação em área territorial inerente ao município gestor.

Em respostas dadas ao questionário a empresa, em ordem de maior produção tem como produto o etanol e depois o açúcar, atuando nos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins. A empresa ainda não realiza exportações de seus produtos. Com relação à área plantada o percentual de terras próprias atualmente é da ordem de 80%. No futuro, “na expansão do projeto, área própria será reduzida para cerca de 50%, ou seja, 20.000 ha próprios e 20.000 ha de produtores de cana independente.”³⁰ E há áreas próprias não só no município de Campestre do Maranhão, mas, em Porto Franco, Lajeado, Montes Altos e Ribamar Fiquene (num raio de 0 a 40 km). Segundo a empresa ela atualmente não tem áreas arrendadas. “Só interessa a empresa cana em terra própria e desenvolvimento da cultura de cana para produtores independentes.”³¹ A mecanização da terra para plantio é de 100%, com perspectivas para a partir de 2011-25% de colheita mecânica, 2012-50%, 2013-75% e 2014-100%.

Na pergunta como a empresa lida com a questão da sustentabilidade nos itens: desmatamento, no uso de agrotóxicos, na terra, na água e no ar? Os cuidados com a flora e a fauna do bioma cerrado? Na questão “desmatamento” a empresa diz:

Desde a implantação do projeto foi priorizado áreas de pastagens degradadas (antropizada) respeitando áreas de reserva Áreas de Proteção Públicas (APPs) e recuperando encostas, matas ciliares que foram devastadas a mais de um século (a empresa tem um projeto para isso, produzindo 100.000 mudas de espécies nativas por ano para uso próprio e fornecimento para as áreas vizinhas.³²

Sobre o uso de agrotóxicos, o que a empresa evidencia é que:

A questão dos agrotóxicos e insumos para agricultura tem sua utilização na Maity conforme receituário agrônomo, atendendo também com zelo as recomendações do Ministério da Agricultura, Agência Nacional de Vigilância sanitária (ANVISA) e Ministério do Trabalho que estabelecem as normas para uso.³³

No caso particular sobre a fauna e flora do bioma cerrado, onde há maiores indícios de desmatamento e poluição a empresa enfatiza:

²⁹ Idem

³⁰ Resposta dada pela direção da Maity ao questionário enviado, 2010.

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ Idem.

No que se refere à flora, fauna e bioma do cerrado, a Maity cuida e preserva, no caso do bioma, além das exigências legais. Outro cuidado importante que vem sendo praticado é no que se refere à conservação de solo, com técnicas do sistema de microbacias. Está claro que um programa de microbacias, é via de regra, programa do governo e produtores rurais integrados que deveriam atender municípios numa determinada bacia hidrográfica. Ex.: o rio Lajeado deságua no Tocantins, a sua bacia em nosso caso particular deveria ser tratada por vários municípios em ambas as margens do nascente a desembocadora (barra). Assim, teremos os municípios de São Pedro dos Crentes, São João do Paraíso, Porto Franco, Lajeado Novo, Campestre do Maranhão e Ribamar Fiquene.³⁴

Nas questões ligadas à fauna e a flora, segundo seu site, a empresa diz cuidar além até mesmo das exigências, no entanto sobre as microbacias em particular as que perfazem a sua área de plantação e atuação há ponderações sobre o papel de outros municípios, sem, contudo explicitar as suas devidas ações sobre os riachos.

Na dinâmica do desenvolvimento regional as evidências do processo de mudança estrutural (renda, impostos, programas, etc.) empreendido pela ação da empresa desde sua implantação – em Campestre e Região – com vistas ao desenvolvimento territorial e à melhoria da qualidade de vida da população? A resposta vai ao habitual: “Emprego e renda. - o impacto sócio-econômico importantíssimo por conta da criação de 2.000 empregos direto e pelo menos 6.000 indiretos.”³⁵ A eventual oferta de emprego é proporcional á demanda da empresa, portanto fundamental e por isso mesmo oportuno esse contingente, sem o qual nem mesmo empresa poderia existir. E avalia que a empresa é responsável pelo crescimento demográfico do município.

A cidade (onde na realidade é o município como um todo) de Campestre, no ano de implantação do projeto, em 1985, tinha apenas 1.000 hab., 600 eleitores e atualmente tem cerca de 12.000 hab. e 6.000 eleitores. O povoado de Campestre foi emancipado em 10/11/1994, 09 anos após a instalação do projeto face ao seu desenvolvimento.³⁶

E entra na defensiva, sem buscar pra si nenhuma responsabilidade nisso, sobretudo, e também do ponto de vista fiscal:

É evidente que os municípios do Maranhão via de regra são muito carentes, e nem sempre a esfera pública e política acompanha esse desenvolvimento com serviços como segurança, saúde, educação, infra-estrutura básica, saneamento, entre outros, de acordo com a necessidade.³⁷

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

Em que pese ao realismo das respostas dadas ao questionário emitido à empresa, o que se busca é suscitar reflexões a respeito das contradições e percepções por sujeitos que se relacionam dialeticamente com as ações da empresa. Então nada mais justo do que o confronto das opiniões dadas pelos moradores e ex-moradores, membros do sindicato e trabalhadores de campestre.

3.4 Os aspectos socioambientais de atuação da Maity percebidos por parte da comunidade

Em 2003, Cosmo Rodrigues, então membro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA) e na condição de representante do Pólo Sindical da Região Tocantina e Sul do Maranhão fez uma contundente denúncia sobre a então Caimam (atual Maity). Segundo Rodrigues (2003), “a então agroindústria Caiman, foi instalada na mal afamada ‘Fazenda Palmeirinha’ o que acabou redundando na maior questão fundiária da região tocantina, na década de 1980.”³⁸ Segundo ele

Seu antigo pseudo proprietário, conhecido grileiro de terras de Porto Franco, alcunhado de Walter Paulista, vendeu a fazenda para o então senador pelo Maranhão Edson Lobão e para o empresário Antonio Celso Izar, prometendo entregar a gleba livre das centenas de famílias de posseiros que ali moravam desde há muito. (RODRIGUES, 2003, p.6).

O processo de expulsão, contou com a utilização de pistoleiros, da Polícia do Estado, no governo de Luís Rocha e de toda sorte de intimidações, inclusive da UDR, nascida justamente naquela época, e isto sob a então ditadura militar para quem a questão de terras na região era uma questão de segurança nacional, que criou até mesmo o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), órgão este subordinado ao então Serviço Nacional de Informações (SNI), da ditadura. Sindicatos associações comunitárias, a CPT mobilizaram-se e forçou o GETAT a dar uma solução mais humana e pacífica para o conflito, inclusive com assentamento em alguns casos e indenizações em outra. Segundo Rodrigues:

Contudo, como o objetivo era implantar uma indústria e não solucionar questões sociais, a consequência é que o município de campestre tornou-se refém da monocultura da cana. Não mais os babaquais, as roças de arroz, milho, feijão e tantas outras. A população vive dos salários pagos, fruto da produção de álcool. Campestre é hoje um município pauperizado, com a comunidade campesina vivendo a espera dos minguados e defasados salários. (RODRIGUES, 2003, p.6).

³⁸ RODRIGUES, 2003

Há outro agravante no documento. “A Caiman contrata e demite seguidamente os trabalhadores rurais empregados no corte de cana numa ciranda infernal.”³⁹ As situações naquela época conforme o documento diz que: as situações contratuais trazem prejuízo ao trabalhador. O trabalhador é contratado em janeiro ocorrendo as demissões em dezembro para reiniciar o processo já no janeiro seguinte. Os trabalhadores geralmente não recebem a cópias dos contratos. Tem seus direitos trabalhistas tolhidos. Não recebiam guias de seguro-desemprego, pois a empresa alegava que isso era reivindicação de “empregado vagabundo”. Não recebiam parcelas do PIS junto à CEF, já que a empresa não honrava os necessários depósitos.

O tratamento dado no campo, aos contratados durante as jornadas de trabalho segundo Rodrigues (2003), é o pior possível: “A água potável tem que ser trazida de casa, e não há onde guardá-la. Fica esquentando ao sol.”⁴⁰ E “as refeições idem – são as famigeradas bóias-frias – e não há local guardar nem aquecer.”⁴¹ Sanitários nem pensar. São buracos cavados no chão, cercados por lonas plásticas. As bóias frias sofrem humilhações verbais de todo tipo que o pagamento refere questão esteja no fato de que não sabem quanto produzem e quanto ganham, vez que as medições – pesagens da cana – não são feitas em presença daquele que colhe. Os contracheques mencionam que o pagamento refere-se à quinzena, sem qualquer outra explicação.

O dirigente sindical vai fundo em suas denúncias e assevera que “outro aspecto estranho, é que se criou outra empresa - Antonio Celso Izar (ACI) - que figura seguidamente como contratante e destrataste terceirizada.”⁴² Na parte que trata da segurança e medicina do trabalho

A tal empresa terceirizada, não aceita atestados de outros médicos e se vale do trabalho de um médico de Porto Franco, que nega atestados médicos em alguns casos, em outros emite atestados com períodos inferiores ao efetivamente necessário para a recuperação do trabalhador, dificulta o encaminhamento ao INSS, para períodos superiores a 15 dias, obrigando o trabalhador a passar fome a espera do benefício. Quando após um período de licença médica o trabalhador se reapresenta, havendo casos em que há descontos indevidos. (RODRIGUES, 2003, p.6).

Além de tudo isso ocorrer conforme o sindicalista há retaliação aos “trabalhadores que queiram recorrer aos préstimos do STR de Campestre são

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

ameaçados com demissão e nas rescisões o sindicato não é chamado para conferir os documentos em cada caso, direito este que pertence aos trabalhadores.”⁴³ .

Os conflitos trabalhistas de igual modo são acirrados, pois as relações mais simples que envolvem

Um acordo coletivo de trabalho sequer se fala. Quanto à contribuição sindical, obrigatória, é descontada anualmente. Entretanto os valores não chegam ao STR. Existe uma CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, obrigada por Lei, mas nenhum dos trabalhadores sabe para que serve, e os acidentes nos canteiros de corte de cana vêm se sucedendo. (RODRIGUES, 2003, p.6).

O documento não deixa “pedra sobre pedra” Revela que na época os gerentes da empresa eram conhecidos apenas pelos seus prenomes, e tem a identidade sonogada a todos. Entretanto são eles que detêm o conhecimento das tabelas de medição, corte e pesagem do produto. Em muitos casos os canavieiros têm recebido no final do mês, salário inferior ao mínimo constitucional. Sobre um dos pontos mais referenciados pela empresa, quanto ao desenvolvimento, o sindicalista questiona: Desenvolvimento? E o resultado disso tudo para o crescimento econômico e o desenvolvimento do Estado?

Este resultado a população não conhece, pois um balanço sequer da empresa, bem como o recolhimento que é feito de tributos à mesa fazendária, nunca foi publicado. O desenvolvimento, que só acontece se for uma mesclagem do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, a existência deste a empresa nunca apresentou ou convenceu a ninguém. (RODRIGUES, 2003, p.6).

E arremata que “isso tudo que agora é mostrado, contra a vontade dos degradadores, mormente depredadores da humanidade - conhecer a realidade dos canavieiros da agroindústria Caiman⁴⁴ - significa a vergonha social do nosso estado.”⁴⁵ . A nota da edição do jornal à época diz que ficou á espera do contra-argumento sobre as denúncias por parte da empresa o que não aconteceu.

Com base no questionário de cinco questões abertas (em anexo), tivemos os que colaboraram com isenção em relação às suas respostas que aqui recebe uma abordagem qualitativa, não agregando gráficos, tabelas ou qualquer ou dado quantitativo. O participante da pesquisa - via questionário se deu forma aleatória e optativa, não tendo nenhuma orientação sobre as mesmas. Após as questões aqui reproduzidas colocamos na íntegra as respostas e após às quais a observação dada pela ordem e seqüência do colaborador, não havendo nas letras indicativas valor ou

⁴³ Idem.

⁴⁴ É como se chamava a Maity outrora.

⁴⁵ RODRIGUES, 2003.

mensuração quanto ao teor das respostas. Outra questão importante diz respeito ao sigilo na declaração da resposta por parte de quem respondeu o questionário, ficando apenas a classificação: Depoimento, determinados em letras maiúsculas, pela ordem que responderam ao questionário.

Da questão 1: “Qual a importância da Maity para o município de Campestre e região?” As respostas variadas são sempre na condição positiva em relação ao reconhecimento da importância da empresa para o município de Campestre e região. “Favorável, pois só com o coco babaçu tinha mais pobreza.”⁴⁶ Com esse depoimento a significação é que com a empresa as coisas deram uma melhorada. No que concorda esse outro:

Ela tem como importância em ajudar na economia da cidade e nos comércios, através da sua produção de açúcar, álcool, dentre outros, levando em considerando a sua indústria agropecuária e com isso aumentando o índice de trabalhadores empregados com carteira assinada, e moradores no município que com isso vai ter uma mudança de números de comércio da região multiplicando o consumo de produtos, alimentando a economia, e nos fornecendo um desenvolvimento vincular no estado e até no país.⁴⁷

Aqui se expressa de maneira mais abrangente a importância da mesma com destaque para o índice de trabalhadores empregados com carteira assinada. “Ela trouxe desenvolvimento para o município e região.”⁴⁸ Nessa questão de desenvolvimento é importante salientar que o sentido de desenvolvimento é em geral ligado ao fator oferta de emprego. “Ela traz o desenvolvimento.”⁴⁹ Da mesma consideração anterior. “É uma das principais fontes de rendimento do município.”⁵⁰ Realmente é a maior fonte do município, porém, com poucos dividendos para o mesmo. “Tem muita importância, se não os homens todos já teriam saído de lá”⁵¹ Nesse caso é em parte verdade, porém, não impede a saída de muitos homens e mulheres, que não se adaptam ao monopólio da empresa e de sua maneira de lidar com os trabalhadores e ainda por considerar o tipo de trabalho bastante fatigante. “A Maity tem uma importância econômica para o município de Campestre, pois a renda do município é pequena e a maioria vem da usina.”⁵² A mesma situação sobre o peso da renda da empresa para com o município, que nas respostas dadas à última

⁴⁶ Depoimento A

⁴⁷ Depoimento B

⁴⁸ Depoimento C

⁴⁹ Depoimento D

⁵⁰ Depoimento E

⁵¹ Depoimento F

⁵² Depoimento G

questão não encontra respaldo concreto dessa renda, pelas respostas dadas. Outro relata que:

A importância da Empresa para o município é patente a todos visto que é a maior fonte geradora de emprego e renda, pois funciona como uma espécie de termômetro econômico; quando a Empresa vai bem o comércio local sente positivamente esse progresso, refletindo ainda em construções de novas moradias e aquisições de bens por parte da população beneficiada diretamente com os salários recebidos.⁵³

Neste relato a empresa é a maior fonte geradora de emprego, visto que a população do município passa direta ou indiretamente por ela, aqui também referendado por mais este depoimento. “A empresa Maity é de grande importância para o município de Campestre do Maranhão no aspecto financeiro, pois é a única empresa de grande porte no Município.”⁵⁴ As respostas dadas aqui denotam uma unanimidade quanto a importância para o município e sua relação com o aspecto de emprego e renda.

Da questão 2: “Qual é a relação da empresa na questão ligada a compra e arrendamento de terras para as suas plantações de cana?” As respostas na sua maioria levantam alguns problemas desconsiderados pela empresa nas suas respostas sobre os mesmos questionamentos. “Arrendadas, sem problemas.”⁵⁵ “?”⁵⁶ O outro não compreendeu o teor da questão. “Ela acabou com a agricultura familiar.”⁵⁷ Um depoimento contundente e preocupante, dado ao fato de ser um município eminentemente de base agrícola. “Só destruição para o meio ambiente.”⁵⁸ Outro depoimento totalmente diferente do relato da empresa no aspecto ambiental. “No meu ponto de vista as pessoas se viam obrigadas a vender ou arrendar suas terras.”⁵⁹ Um aspecto que denota a questão fundiária e a relação de poder por parte da empresa nessa questão. “Os fazendeiros pequenos venderam ou arrendaram suas terras pra eles. Tá tudo acabado, tudo na cana. A renda do babaçu acabou.”⁶⁰ A expressão aqui utilizada “tudo na cana” é pra dizer que não há mais espaço para outra cultura, em tese para o agricultura familiar. “A empresa na verdade sufoca os fazendeiros que se vêem obrigados a arrendar ou vender suas terras.”⁶¹ Outra

⁵³ Depoimento H

⁵⁴ Depoimento I

⁵⁵ Depoimento A

⁵⁶ Depoimento B

⁵⁷ Depoimento C

⁵⁸ Depoimento D

⁵⁹ Depoimento E

⁶⁰ Depoimento F

⁶¹ Depoimento G

questão atinente a questão fundiária. Sobre o poder do capital, nessa situação, é fundamental entender as considerações de Brandão:

O capital precisa de condições adequadas para se afirmar como capital em geral, como universal concreto, que comanda todo processo social de trabalho, necessitando de um espaço unificado, homogeneizado e desobstruído, em que possa exercer seu controle universalmente, invadindo todos os âmbitos possíveis de sociabilidade, extravasando sua lógica sem circunscrições territoriais. (BRANDÃO, 2007, p. 73).

Bastante elucidativa a questão em que Brandão debate com propriedade, estamos falando de relações onde impera o capital por parte da empresa.

Ouve-se muito que a empresa age de maneira desonesta e quase sempre não muito transparente nessas transações, e que a aquisição ou mesmo arrendamento na maioria dos casos se dá por não ter o minúsculo agricultor forças para defender o ultimo pedaço de chão que lhe sobrou, é como se a empresa criasse dolosamente uma situação de encurralamento onde a ultima e única alternativa fosse vender ou vender, pois quem resistiu e não arrendou teve que acabar vendendo em função de que a terras se tornam sem valor comercial e quem arrendou acaba vendendo por que o arrendamento tem tempo mínimo contratual que acaba sendo o tempo necessário para que as terras só sirvam para plantio de cana de açúcar.⁶²

A empresa consegue implantar pelo relato, uma acumulação primitiva, sobre as terras que adquire, na forma de meios de produção por excelência. E mais:

Essa relação não é muito justa para os donos de terra que dos arredores da empresa Maity, pois os mesmo tiveram que vender suas terras para a empresa ou arrendá-las, porem a cada safra a terra tem que ser preparada novamente para o plantio da cana-de-açúcar, como a maioria dos proprietários não têm condições de fazê-lo ficam suas terras inúteis para o plantio da cana e qualquer outro tipo de plantação.⁶³

Têm-se respostas variadas, enquanto que para alguns não há problemas, há quem relate a asfixia em que o agricultor familiar se debate. O principal problema nesse caso é a concentração de terras na região, criando diversas conseqüências para a agricultura familiar.

Da questão 3: *“Como a empresa lida com questões ligadas ao meio ambiente: uso de produtos agrotóxicos no solo, cuidado e proteção de córregos, de plantações nativas?”* Outra questão em que a maioria das respostas destoam das da empresa especificamente nesta questão ambiental e seus efeitos negativos para riachos e córregos. *“Uso do veneno do avião destrói canteiros com hortaliças, fava, feijão. Com os agrotóxicos atingiu o riacho água boa e o rio lajeado.”*⁶⁴ Uma versão totalmente diferente da apregoada pelo site resposta dada ao questionário. *“Quanto*

⁶² Depoimento H

⁶³ Depoimento I

⁶⁴ Depoimento A

a esse assunto, não tenho algo a informar, mas acredito que tudo ocorre conforme a lei.”⁶⁵ Seria o correto. “Ela não tem nenhum controle com a aplicação de defensivos e com a queimada de cana.”⁶⁶ Aqui outro item nocivo é levantado, a queimada da cana. “A empresa não dá a devida atenção as plantações nativas nem a nenhuma questão ligada ao meio ambiente.”⁶⁷ O discurso da defesa ambiental da área em que a empresa atua fica sem efeito diante de alguns desses relatos. “Quando trabalhei lá não tive informação de nenhum tipo de projeto voltado para esta questão vi muita destruição de córregos e desmatamentos.”⁶⁸ É um relato forte como esse, de uma testemunha ocular que traduz o nível de atuação e responsabilidade sobre tão importante questão. “Estraga muito, a terra que cana não presta mais pra nada, os venenos colocados por eles poluem os córregos. O córrego água boa é poluído e deságua no Lageado que despeja suas águas no Rio Tocantins e por aí vai.”⁶⁹ A questão ambiental sobre os córregos é perigosa pela sua ligação com outros rios, num impacto de proporções inimagináveis. “pelo que se nota a empresa fecha os olhos pra questão ambiental, visando apenas o lucro financeiro.”⁷⁰ A ótica capitalista que impera sobre o meio ambiente é fator levantado. Mais há outras consequências:

Diria eu que este é sem duvidas o ponto mais delicado da questão; pois desde assoreamento de córregos e rios a até enormes queimadas tudo acontece, pra se ter uma idéia quando está em época de safra a cinza proveniente das queimadas invade a cidade e o prejuízo é enorme deste roupas no varal até o sorvete na praça tudo fica marca pela praga preta, a alguns anos atrás era freqüente os incêndios em residências pois de um lado era rua do outro plantio de cana.⁷¹

As queimadas e outras questões provenientes de agrotóxicos permeiam os relatos. “De maneira não muito responsável, pois entre outras agressões que a mesma causa ao meio ambiente estão as enormes queimadas.”⁷² São respostas de quem sofrem as consequências, do outro lado, porém de quem por anos conviveram e convivem com esses agravos, talvez por isso, colocam sua opinião de forma real.

Da questão 4: *“Quais as consequências para agricultores rurais e agroextrativistas sobre a situação existente entre as áreas de cultivo tradicional (as*

⁶⁵ Depoimento B

⁶⁶ Depoimento C

⁶⁷ Depoimento D

⁶⁸ Depoimento E

⁶⁹ Depoimento F

⁷⁰ Depoimento G

⁷¹ Depoimento H

⁷² Depoimento I

roças) e o avanço do cultivo da cana no município?” As respostas a essa questão obteve unanimidade quanto ao aspecto negativo para os agricultores familiares. “Atingiu muito os agricultores familiares, ela dá muito emprego, mas tirou o lugar deles plantar.”⁷³ O aspecto positivo do emprego, contradiz-se com o outro lado perverso da realidade, a diminuição da área para o plantio dos produtores familiares. “Acredito que a principal consequência está vinculada no queimamento da cana de açúcar, que prejudica o cultivo dos agricultores, através da grande queimadura e da fumaça, que com o sol, isso torna mais ainda prejudicial, pois, haverá uma fragilidade maior na questão das ervas. Bem como o todo o plantio de roça.”⁷⁴ Novamente a queima da cana volta à cena. “É muito triste por que as pequenas propriedades estão deixando de plantar.”⁷⁵ Relato melancólico sobre a situação. “Situação precária, pois a população faz plantação que não desenvolve pois o efeito do agrotóxico.”⁷⁶ Novamente a questão do agrotóxico, que incide na pequenas propriedades e em várias outras culturas. “As agriculturas ficam prejudicadas, já são poucas áreas que ainda restam para o cultivo.”⁷⁷ Pelo que se supõe, pela grande área plantada apenas e somente com a cana. “Quase não dá mais pra plantar, pois as dificuldades são grandes.”⁷⁸ Falta apoio em todas as instâncias. “A empresa dificultou bastante o desenvolvimento sustentável, já que é quase impossível manter o cultivo de arroz por exemplo, devido a contaminação do solo, etc.”⁷⁹ Então

Sinteticamente falando: as consequências são desastrosas, só é possível o plantio e cultivo de roças em áreas bem afastadas dos canaviais devido a agressão sofrida por agrotóxicos, o que torna ainda mais impotente o agricultor devido a meios de transporte e uma serie de outro fatores que entre eles encontramos o descaramento de alguns diretores da empresa que mandaram colocar cancelas privando a passagem de populares e agricultores, resumindo perto tá cheio de cana longe é muito longe e tem cancelas na estradas e eles estão trancadas e tem homens armados.⁸⁰

Ficam demonstradas as situações a que produtores familiares vivem, isolados de apoio e afastados pela disponibilidade de terras em áreas próximas, para suas plantações. “As consequências além de ambientais, são culturais também, pois a cidade de Campestre do Maranhão iniciou-se devido a extração do coco babaçu que

⁷³ Depoimento A

⁷⁴ Depoimento B

⁷⁵ Depoimento C

⁷⁶ Depoimento D

⁷⁷ Depoimento E

⁷⁸ Depoimento F

⁷⁹ Depoimento G

⁸⁰ Depoimento H

resta bem pouco, devido aos enormes canaviais.”⁸¹ O desflorestamento em prol de uma cultura exótica como a cana e mesmo nas de pequenas roças de plantios variados de culturas, prepondera uma só cultura, a qual se destina a outros fins comerciais, alheios ao desenvolvimento na cadeia produtiva regional.

Da questão 5: “*Quais os benefícios empreendidos pela Maity desde a sua instalação e operação no município de Campestre e região do ponto de vista de melhoria e qualidade de vida do município?*” Essa questão, fecha com a primeira, do ponto de vista real e concreto nas ações evidenciadas pela Maity na área de abrangência do Município de Campestre do Maranhão. “Os benefícios foram as estradas, que eles abriram e melhoraram. Também pegam os alunos para a cidade.”⁸² Os benefícios para a própria empresa, serve indiretamente, para a comunidade. E o aspecto do emprego e renda é evidenciado

Acredito que 80% dos habitantes do município e região depende muito da empresa, então ela nos ajuda na questão, de muitas famílias não está na total miséria pelo o dinheiro de todo mês cair na conta e não deixar, e também ajuda na questão da profissão. Porque muitas pessoas não tiveram estudo completo e não se formaram em alguma área específica. E isso os ajuda a aprender para que no futuro eles sejam preparados. Quanto a qualidade de melhoria de vida, para mim a empresa nem se importa com isso, para ela tanto faz, acho que importa é a forma, é o que entra e sai, para o ato de desenvolvimento da mesma.”⁸³

Apesar de ressaltar o aspecto positivo da empresa pelo lado da empregabilidade, há ponderações sobre o modelo de atuar da mesma em prol da comunidade. “Não tem nenhum benefício social.”⁸⁴ De um relato mais duro para um mais indignado. “Nenhum, a empresa não ajuda o município, do contrário, polui e não se preocupa com os resultados.”⁸⁵ A questão ambiental sempre presente nos depoimentos. “Não conheço nenhum.”⁸⁶ Outro mais seco e curto. “Não ajuda em nada, não paga o imposto devido. Ficou muitos e muitos anos sem pagar imposto e agora se paga é muito pouco.”⁸⁷ A questão da renda dada como resposta positiva, na questão 1, volta aqui de forma esvaziada e sem efeito aqui. “A empresa tem seus pontos positivos, emprega para os moradores melhor qualidade de vida.”⁸⁸ Pontos positivos pelo fator do emprego e renda.

⁸¹ Depoimento I

⁸² Depoimento A

⁸³ Depoimento B

⁸⁴ Depoimento C

⁸⁵ Depoimento D

⁸⁶ Depoimento E

⁸⁷ Depoimento F

⁸⁸ Depoimento G

Que eu tenha ciência apenas o fato de ter cedido para prefeitura um prédio antigo que era um alojamento e agora funciona como creche, no entanto não passa disso pois a Empresa não investe em absolutamente nada no Município, e quando investe na formação profissional de alguns jovens estes tem de cedo a consciência de que a empresa terá que ser a primeira beneficiada com a mão de obra futuramente qualificada.”⁸⁹

Expressos aqui os reais benefícios da empresa para com a coletividade, bem aquém da exploração não só dos recursos naturais, como do capital humano. “Os benefícios são apenas algumas vagas de empregos que a empresa oferece aos moradores de Campestre do Maranhão. Estes são sempre para os cargos mais baixos.”⁹⁰

O tão decantado desenvolvimento proposto pela agroindústria fica “assegurado” apenas na oferta dos empregos. A unidade territorial que a empresa se faz como base fica a mercê de pequenos favores por parte da empresa, que se buscasse realmente fortalecer o município e agregar valores em sua área de atuação os patamares socioeconômicos eram mais elevados e menos sofríveis.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campestre através de questionamentos relata que “Os conflitos por conta do poder da Maity, vão desde ambientais -, são de peixes mortos pelos venenos colocados nos rios, de derrubada dos palmeirais pelos tratores de lavouras de pequenas roças atingidas pelas inseticidas bem como trabalhistas.” O Sindicato também questiona sobre um sonho que vai aos poucos se esvaindo. O assentamento Palmeirinha – com 42 lotes de 3 hectares cada – no entanto só 16 lotes se mantêm com a agricultura familiar, os demais (26 lotes) fizeram acordo com a agroindústria Maity cedendo a terra para o plantio de cana com os proprietários passando a trabalhar na empresa. Com isso acaba cercando os demais agricultores com cana que se vêem sufocados. E quando o sindicato tenta explicar a importância da manutenção do lote para a agricultura familiar, da filosofia da mesma frente ao convite tentador da empresa, sendo que alguns ficam zangados e dizem que não tem liberdade, etc. Outra questão levantada pela direção do Sindicato é sobre a estratégia da Maity, em propor e trocar lote de 3 hectares, em área boa, de pequenos agricultores por um de 6 hectares em área inferior, aqui o convencimento é pela quantidade.

Há dois vieses nisso primeiro toda uma política de agricultura alternativa que vai se esvaindo, que seria um ponto de resistência frente ao poder do capital. E

⁸⁹ Depoimento H

⁹⁰ Depoimento I

depois é argumento por parte da própria agroindústria da pauperização da agricultura familiar, como modelo transformador e contraponto ao modelo concentrador e monocultor. A agroindústria, conseguindo as terras dos assentados acaba tendo - por sua míope visão – o papel de reparadora de uma situação que não considera a ideal e que por isso se insurge como acolhedora por usar a terra e dá emprego aos donos dela.

O município de Campestre em sua área rural e urbana sofre impactos ambientais que pelos depoimentos se manifestam de várias formas. As versões manifestadas espontaneamente retratam o que os depoentes ouvem, vivem e vivenciam, anos após anos por seus pais, irmãos e pessoas próximas. As versões são na sua maioria completamente diferentes das relatadas pela Maity Bioenergia S/A. De um lado um discurso recheado de marketing, dentro da política de sustentabilidade de outro, pessoas que, direta ou indiretamente, lidaram e lidam todas as situações que dizem respeito à interação socioeconômica e ambiental da empresa com a comunidade. São posições concretas e dignas de acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento territorial evidenciado pelos “Grandes” Projetos de crescimento e a agroindústria canavieira instalados no cerrado sul maranhense, trazem muitas oportunidades, sobretudo de emprego e renda. Mais, também inúmeros impactos de toda ordem e grandeza. Podemos refletir sobre alguns pontos apresentados no texto.

A região do estudo é parte da Amazônia Legal, designada como Cerrado Amazônico Maranhense, área de transição entre a floresta e o cerrado. Situa-se na porção do Maranhão, que compreende as áreas banhadas pela Bacia Araguaia-Tocantins. Essa região ganhou forte adensamento populacional com as políticas públicas efetivadas mais densamente no período da ditadura militar. Várias foram as ações que deram uma dinâmica bastante acentuada à região

Por conta disso, cresceu a migração para a região. Muitos se deslocaram em busca de trabalho e outros na esteira dos empreendimentos alavancados por generosos incentivos fiscais. A região que era área de produtores rurais de base familiar, passou a se consolidar como de base agroindustrial. Em razão dos inúmeros empreendimentos relacionados à pecuária e a de grãos. Em consequência disso houve um desmatamento enorme em especial nas áreas de eixos rodoviários, que tinham a estratégia de ocupação territorial. Conflitos em função da concentração fundiária entre outros.

A região é área de fronteira econômica e demográfica em expansão, em função de grandes projetos e empreendimentos privados e área crescente do agronegócio. Em Açailândia ao norte há as guserias, como parte do projeto Grande Carajás, e outrora já teve uma grande plantação de eucalipto, que agora se revigora com o projeto da Suzano papéis e celulose. Mais ao Sul há Usina Hidrelétrica de Estreito na divisa com o Tocantins, no rio Tocantins. Plantações de cana-de-açúcar e soja. Vários aportes logísticos interligam a região, a Ferrovia Norte-Sul que se conecta com a Estrada de Ferro Carajás, a rodovia Belém-Brasília. Terras, infraestrutura e abundância de água.

O padrão adotado para a maioria destes grandes projetos foi o de exportação, visto que os mesmos foram financiados em grande parte pelo grande capital internacional e para sua sedimentação ideológica como sendo positiva foi utilizada a idéia de desenvolvimento para a região. Com isso procurou-se demonstrar as contradições entre o desenvolvimento e os impactos socioeconômicos e ambientais, a fim de entender que o modelo proposto para a região de fronteira entre o cerrado e a floresta atende a uma minoria em detrimento de uma maioria que luta em vão para fincar suas ferramentas num chão de prosperidade. É uma luta desigual numa região em se sobressai as velhas formas sob novas funções.

Num cenário em que se destacam as más condições socioambientais (no caso específico do município de Campestre do Maranhão onde há 25 anos a agroindústria Maity opera), evidenciado pelos relatos provenientes da pesquisa empírica. Que entre outros relatos, destacaram o uso descontrolado da agroquímica ameaçando a harmonia ambiental da atividade e a convivência salutar da comunidade numa interação sustentável. Além da contaminação de riachos e córregos importantes para a fauna e a flora da região. A falta de apoio e até a intervenção por parte da empresa em diluir a cultura agrícola por pequenos produtores e produtores familiares, por se verem cercados literalmente pela plantação de cana. Outro ponto é a pouco comprometimento da empresa no desenvolvimento regional, como base complementar de planejamento e intervenção para com o município por meios de políticas sociais mais plausíveis a todos. Por ter a utilização de recursos naturais e humanos em grande escala no mesmo.

Diante dessas condições faz-se necessário estabelecer padrões para uma certificação socioambiental para a agricultura, com inúmeros desafios para o setor sucroalcooleiro. Em que a comunidade de Campestre seja partícipe desses padrões com a mediação de órgãos ligados ao meio ambiente, à promotoria pública em todas as escalas e níveis.

Com esse trabalho buscou-se demonstrar que a agroindústria canavieira no município de Campestre do Maranhão gera conflitos sociais, concentração da terra e da renda, alterando o cerrado e gerando pequenos impostos sociais e econômicos.

As alterações nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, são visíveis, e está relacionada a um importante incremento nas taxas de desmatamento, nas áreas do cerrado Pré-Amazônico. As formas de desmatamento se dão pela conversão da área do cerrado para modelos extensivos de desenvolvimento na atividade canavieira em detrimento de formas alternativas do agroextrativismo e da agricultura familiar. E mais, As causas do desmatamento são múltiplas e traduz a complexidade dos atores sociais e dos interesses que fazem da fronteira um lugar de encontro, de oportunidades, de capitalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS Geográfico Universal. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

ATLAS DO MARANHÃO. Gerência de e Planejamento Desenvolvimento Econômico. Laboratório de Geoprocessamento – UEMA. São Luís: GEPLAN, 2000.

BANDEIRA, P.; BECKER, D. (org's). Desenvolvimento local-regional: Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. v.1.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, n. 12, set. 2001.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BRANDÃO, Carlos. *Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

CARVALHO, Georgia. Histórico e impacto das políticas públicas na Amazônia. In: BARROS, Ana Cristina (org.). *Sustentabilidade e democracia para as políticas públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: FASE/IPAM, 2001. p. 13-24.

CLEPS JUNIOR, João. Questão agrária, estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, M. A. e SANTOS, Roseli A. dos. (org's). *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 35-54.

DALLABRIDA, Valdir Roque. *O Desenvolvimento Regional*. Ijuí: Unijuí, 2000.

DUARTE, Laura M. Goulart & TEODORO, Suzi M. de C. Huff. (org's) *Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ECODEBATE.com. Disponível em: <www.ecodebate.com.br> Acesso em: 15 dez. 2010.

EMBRAPA CERRADOS, disponível em: <www.cpac.embrapa.br> Acesso em: 03 set. 2009.

ESTADÃO online. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae.mma-divulga-dados-do-desmatamento-do-cerrado-e-da-amazonia,702561,0.htm>> Acesso em 13 dez. 2010.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1995.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

HAESBAERT, Rogério da Costa. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (org's). *Brasil século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Lomonad, 2004, p.173-193.

HELENE, M. Elisa Marcondes. *Florestas: desmatamento e destruição*. São Paulo: Scipione, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, disponível <www.ibge.gov.br> Acesso em: 09 jun. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Comunicação Social*, 25 jan. 2003, disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias>> Acesso em: 21 nov. 2010.

INSTITUTO MARANHENSE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS, disponível em: <www.imesc.gov.br> Acesso em: 14 maio 2010.

IZAR, Celso. Entrevista ao canal de TV da cidade de Imperatriz. Telejornal dos municípios TV Capital, canal 5. Apresentador/entrevistador: José Filho, edição de 29 jun. 2010.

KAGEYAMA, A.(Coord.) et al. O Novo padrão agrícola brasileiro: do complexo agrícola rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (org's). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: Série IPEA nº 127, 1996 p. 113-223.

LANDES, David S. *A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAITY BIOENERGIA S. A. Disponível em: <http://www.maity.com.br> Acesso em: 21 jul. 2010.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Etc, espaço, tempo e crítica *Revista eletrônica de Ciências Humanas e Sociais*, Rio de Janeiro, n.1, p. 55-70, jun. 2007.

MOVIMENTO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, disponível em: <www.mabnacional.org.br> Acesso em: 23 set. 2009.

MOYSÉS, Aristides & SILVA, Eduardo Rodrigues da. Ocupação do Cerrado... *Cadernos Metrópole*, n. 20, p. 197-220, 2º sem. 2008.

NASCIMENTO, Humberto Miranda. A questão ambiental na origem do problema agrário brasileiro e o caso da região Sul. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 103-132, ago. 2008.

PASQUALETTO, Antônio. O Cenário Socioeconômico e Ambiental da cana-de-açúcar em Goiás. *Jornal 'Diário da Manhã'*, Goiânia, 5 jun. 2009.

PICOLI, Fiorello. *O Capital e a Devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PORTELA, Fernando; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Amazônia*. São Paulo: Ática, 1994.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1977.

RODRIGUES, Cosmo. Assalariados da Caiman conhecem o inferno e a miséria. In: *Jornal O estado-cidadão*, 18 a 25 fev. 2003. p. 6.

SAQUET, M. A. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTO, L. Z. P. (org's). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (p. 15-31).

SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de. (org's.). *Leituras do conceito de território e de processos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2008.

USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO, disponível em: <www.uhe-estreiro.com.br> Acesso em: 12 ago. 2009.

VAGNER, Alfredo. *A Ocupação da Amazônia Oriental*. In: *A Amazônia Brasileira em Foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, jan-jun., n. 22, 1994.

VALVERDE, Orlando. Características geográficas da Amazônia Oriental. In: *A Amazônia Brasileira em Foco*. Rio de Janeiro: CNDDA, jan-jun, n. 22, 1994.

ANEXOS

ANEXO A – Modelo do questionário à Maity Bioenergia S/A – Campestre do Maranhão-MA

<p>Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC GOIÁS Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial PESQUISA D E CAMPO – AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO SUDOESTE DO MARANHÃO Responsável: Jessé Gonçalves Cutrim</p>
--

I - DADOS ESTRUTURAIS

01. Quais são os produtos da empresa, em ordem de maior produção?
02. Mercado nacional em que atua? Estado (s)? Região?
03. A agroindústria realiza exportações? Em caso de sim, para quais países?
04. Quais são os produtos exportados?
05. Número total de empregados?
06. 1 Com relação à área plantada qual é o percentual de terras próprias?
06. 2 Estão todas no município de Campestre? Em caso de existir áreas próprias em outro (s) município (s), citá-los.
06. 3 Com relação à área plantada qual é o percentual de terras arrendadas?
06. 4 Estão todas no município de Campestre? Em caso de existir áreas plantadas em outros municípios, citá-los.
07. Mecanização da terra para plantio (percentual, em média)?
08. Mecanização na colheita (percentual em média)?

II – SOBRE A CONDUTA AMBIENTAL

09. Como a empresa lida com a questão da sustentabilidade nos itens: desmatamento, no uso de agrotóxicos, na terra, na água e no ar? Os cuidados com a flora e a fauna do bioma cerrado?

III – SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

10. Quais as evidências do processo de mudança estrutural (renda, impostos, programas, etc.) empreendido pela ação da empresa desde sua implantação – em Campestre e Região – com vistas ao desenvolvimento territorial e à melhoria da qualidade de vida da população?

ANEXO B – Modelo do questionário para (Moradores (as) e ex-moradores, sindicalistas e lavradores) de Campestre do Maranhão

N.º de ordem	
Nome	
Idade	
Estado civil	
Estado de origem	
N.º de filhos	
Bairro em que reside	
Ano em que chegou	
Profissão	
Atividade que desenvolve	
Observações	

Temática:

Relações socioambientais entre a empresa Maity Bioenergia S/A e o município de Campestre do Maranhão

1. Qual a importância da Maity para o município de Campestre e região?

2. Qual é a relação da empresa na questão ligada a compra e arrendamento de terras para as suas plantações de cana?

3. Como a empresa lida com questões ligadas ao meio ambiente: uso de produtos agrotóxicos no solo, cuidado e proteção de córregos, de plantações nativas?

4. Quais as conseqüências para agricultores rurais e agroextrativistas sobre a situação existente entre as áreas de cultivo tradicional (as roças) e o avanço do cultivo da cana no município?

5. Quais os benefícios empreendidos pela Maity desde a sua instalação e operação no município de Campestre e região do ponto de vista de melhoria e qualidade de vida do município?
